

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	7
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	9
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	10
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	96
---	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	100
--	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	101
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	102
--	-----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2017</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	15.527
Preferenciais	23.044
Total	38.571
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
1	Ativo Total	2.091.024	2.086.725
1.01	Ativo Circulante	43.830	34.724
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	14.947	17.986
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.103	2.813
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.103	2.813
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	26.780	13.925
1.01.08.03	Outros	26.780	13.925
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	26.741	13.930
1.01.08.03.02	Outros Créditos	39	-5
1.02	Ativo Não Circulante	2.047.194	2.052.001
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	160.849	160.719
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	137.478	137.478
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	217	217
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	137.261	137.261
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	6.134	5.984
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	6.134	5.984
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	17.237	17.257
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	17.237	17.257
1.02.02	Investimentos	1.879.598	1.884.281
1.02.02.01	Participações Societárias	1.879.598	1.884.281
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	75.568	85.626
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.711.640	1.701.538
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	92.390	97.117
1.02.03	Imobilizado	43	46
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	43	46
1.02.04	Intangível	6.704	6.955
1.02.04.01	Intangíveis	6.704	6.955
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	6.704	6.955

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
2	Passivo Total	2.091.024	2.086.725
2.01	Passivo Circulante	4.318	4.365
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	966	964
2.01.01.01	Obrigações Sociais	966	964
2.01.02	Fornecedores	1.326	1.080
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.326	1.080
2.01.03	Obrigações Fiscais	86	377
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	83	374
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	78	68
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	5	306
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3	3
2.01.05	Outras Obrigações	1.940	1.944
2.01.05.02	Outros	1.940	1.944
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.733	1.736
2.01.05.02.04	Outros Passivos Circulantes	207	208
2.02	Passivo Não Circulante	8.649	6.517
2.02.04	Provisões	8.649	6.517
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.475	1.343
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.263	1.263
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	29	29
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.183	51
2.02.04.02	Outras Provisões	5.174	5.174
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	5.174	5.174
2.03	Patrimônio Líquido	2.078.057	2.075.843
2.03.01	Capital Social Realizado	1.340.000	1.340.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.133.602	1.133.602
2.03.04.01	Reserva Legal	144.619	144.619
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	988.983	988.983
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	5.030	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-400.891	-398.075

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016</b>
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-99.835	-84	-177.787	-152.578
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.520	-14.376	-6.244	-11.585
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-498	-3.117	-491	-984
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-90.817	17.409	-171.052	-140.009
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-99.835	-84	-177.787	-152.578
3.06	Resultado Financeiro	393	2.298	888	1.633
3.06.01	Receitas Financeiras	413	2.327	917	1.662
3.06.02	Despesas Financeiras	-20	-29	-29	-29
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-99.442	2.214	-176.899	-150.945
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-99.442	2.214	-176.899	-150.945
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-99.442	2.214	-176.899	-150.945
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-2,43280	0,05420	-4,32770	-3,69270
3.99.01.02	PN	-2,67610	0,05960	-4,76050	-4,06200
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-2,43280	0,05420	-4,32770	-3,69270
3.99.02.02	PN	-2,67610	0,05960	-4,76050	-4,06200

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-99.442	2.214	-176.899	-150.945
4.03	Resultado Abrangente do Período	-99.442	2.214	-176.899	-150.945

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-11.583	-10.007
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-12.225	-10.184
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do IR e da CSLL	2.214	-150.945
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	988	987
6.01.01.03	Resultado da Equivalência Patrimonial	-17.409	140.009
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias	-150	-235
6.01.01.07	Contingências	2.132	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	642	177
6.01.02.01	Tributos a Recuperar	710	281
6.01.02.02	Depósitos Judiciais	20	-99
6.01.02.03	Outros Ativos	-44	-59
6.01.02.04	Fornecedores	246	341
6.01.02.05	Salários e Encargos Sociais	2	127
6.01.02.06	Tributos a Pagar	-291	-412
6.01.02.07	Outras Variações nos Ativos e Passivos	-1	-2
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	8.547	20.455
6.02.04	Dividendos Recebidos	8.547	20.455
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3	-14.436
6.03.02	Dividendos Pagos	-3	-14.436
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.039	-3.988
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	17.986	25.235
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	14.947	21.247

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.133.602	0	-398.075	2.075.843
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.133.602	0	-398.075	2.075.843
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.030	-2.816	2.214
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.214	0	2.214
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	2.816	-2.816	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	2.816	-2.816	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.133.602	5.030	-400.891	2.078.057



**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016</b>
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.107	-1.862
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.107	-1.862
7.03	Valor Adicionado Bruto	-4.107	-1.862
7.04	Retenções	-988	-987
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-988	-987
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-5.095	-2.849
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	19.736	-138.347
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	17.409	-140.009
7.06.02	Receitas Financeiras	2.327	1.662
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	14.641	-141.196
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	14.641	-141.196
7.08.01	Pessoal	12.065	9.505
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.065	9.505
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	339	244
7.08.02.01	Federais	339	244
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	23	0
7.08.03.02	Aluguéis	23	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.214	-150.945
7.08.04.02	Dividendos	0	6.207
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.214	-157.152

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
1	Ativo Total	9.155.483	8.628.715
1.01	Ativo Circulante	4.249.420	3.765.539
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.115.042	917.464
1.01.03	Contas a Receber	1.233.311	1.270.105
1.01.03.01	Clientes	1.085.645	1.128.299
1.01.03.01.01	Clientes	1.506.276	1.520.588
1.01.03.01.02	Provisão CLD	-420.631	-392.289
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	147.666	141.806
1.01.04	Estoques	7.625	10.006
1.01.06	Tributos a Recuperar	110.380	121.761
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	110.380	121.761
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.783.062	1.446.203
1.01.08.03	Outros	1.783.062	1.446.203
1.01.08.03.03	Dividendos a receber	23.158	7.959
1.01.08.03.04	Outros Créditos	228.858	180.261
1.01.08.03.06	Subsídio CDE (Decreto nº 7891/13)	1.501.381	1.229.741
1.01.08.03.07	Ativo Financeiro Bonificação de Outorga	29.665	28.242
1.02	Ativo Não Circulante	4.906.063	4.863.176
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.404.993	1.418.149
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	137.478	137.478
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	217	217
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	137.261	137.261
1.02.01.03	Contas a Receber	37.193	34.393
1.02.01.03.01	Clientes	33.843	31.497
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.350	2.896
1.02.01.06	Tributos Diferidos	475.211	514.870
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	475.211	514.870
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	6.622	6.472
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	6.134	5.984
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	488	488
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	748.489	724.936
1.02.01.09.03	Tributos a recuperar	24.717	17.985
1.02.01.09.04	Depositos Judiciais	156.164	124.336
1.02.01.09.05	Ativo indenizatorio-concessão	331.824	349.041
1.02.01.09.06	Ativo Financeiro Bonificação de Outorga	235.784	233.574
1.02.02	Investimentos	214.453	227.554
1.02.02.01	Participações Societárias	214.453	227.554
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	122.063	130.437
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	92.390	97.117
1.02.03	Imobilizado	154.870	158.495
1.02.04	Intangível	3.131.747	3.058.978
1.02.04.01	Intangíveis	3.131.747	3.058.978
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.121.056	3.046.954
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	10.691	12.024

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
2	Passivo Total	9.155.483	8.628.715
2.01	Passivo Circulante	4.510.547	3.816.122
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	145.569	141.954
2.01.01.01	Obrigações Sociais	145.569	141.954
2.01.02	Fornecedores	619.728	625.100
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	619.728	625.100
2.01.03	Obrigações Fiscais	180.612	158.516
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	57.276	49.184
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	14.324	3.145
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	39.404	40.761
2.01.03.01.03	Outros	3.548	5.278
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	121.464	107.032
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.872	2.300
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	281.143	310.152
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	178.461	202.996
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	178.461	202.996
2.01.04.02	Debêntures	102.682	107.156
2.01.05	Outras Obrigações	3.125.265	2.418.088
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	11.024	17.016
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	11.024	17.016
2.01.05.02	Outros	3.114.241	2.401.072
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.733	1.736
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	2.848.511	2.298.120
2.01.05.02.05	Passivo Financeiro Parcela A - CVA	209.376	51.960
2.01.05.02.20	Outros Passivos Circulantes	54.621	49.256
2.01.06	Provisões	158.230	162.312
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	158.230	162.312
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	158.230	162.312
2.02	Passivo Não Circulante	2.566.879	2.736.750
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	301.838	477.639
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	53.219	130.035
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	53.219	130.035
2.02.01.02	Debêntures	248.619	347.604
2.02.02	Outras Obrigações	273.620	256.220
2.02.02.02	Outros	273.620	256.220
2.02.02.02.03	Taxas Regulamentares	182.341	155.686
2.02.02.02.04	Outros Passivos não Circulantes	2.476	2.475
2.02.02.02.05	Passivo Financeiro Parcela A CVA	88.803	98.059
2.02.03	Tributos Diferidos	8.125	7.859
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.125	7.859
2.02.04	Provisões	1.983.296	1.995.032
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.625.807	1.618.480
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	66.904	60.504
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	58.643	46.480
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.353.667	1.396.913
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	146.593	114.583

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
2.02.04.02	Outras Provisões	357.489	376.552
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	356.032	353.504
2.02.04.02.05	Provisões Ambientais	1.457	23.048
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.078.057	2.075.843
2.03.01	Capital Social Realizado	1.340.000	1.340.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.133.602	1.133.602
2.03.04.01	Reserva Legal	144.619	144.619
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	988.983	988.983
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	5.030	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-400.891	-398.075

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.653.017	3.192.220	1.237.023	2.885.501
3.01.01	Receita de Venda e Serviços	1.390.007	3.043.693	1.625.234	3.375.634
3.01.02	Receita de Construção	98.057	192.038	97.300	181.582
3.01.03	Receita Parcela A - CVA	164.779	-44.438	-486.793	-678.102
3.01.04	Atualização Ativo Financeiro VNR	174	927	1.282	6.387
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.488.351	-2.759.790	-1.337.898	-2.822.381
3.02.01	Custo de Venda e Serviços	-1.390.294	-2.567.752	-1.240.598	-2.640.799
3.02.02	Custo de Construção	-98.057	-192.038	-97.300	-181.582
3.03	Resultado Bruto	164.666	432.430	-100.875	63.120
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-139.717	-246.519	-117.845	-219.743
3.04.01	Despesas com Vendas	-64.344	-108.713	-57.695	-107.154
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-92.470	-170.819	-83.707	-157.475
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	14.689	27.543	11.540	19.229
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.408	5.470	12.017	25.657
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	24.949	185.911	-218.720	-156.623
3.06	Resultado Financeiro	-136.623	-132.006	-52.964	-78.470
3.06.01	Receitas Financeiras	103.234	171.991	74.037	148.752
3.06.02	Despesas Financeiras	-239.857	-303.997	-127.001	-227.222
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-111.674	53.905	-271.684	-235.093
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	12.232	-51.691	94.785	84.148
3.08.01	Corrente	13.782	-11.766	-77.227	-175.088
3.08.02	Diferido	-1.550	-39.925	172.012	259.236
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-99.442	2.214	-176.899	-150.945
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-99.442	2.214	-176.899	-150.945
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-99.442	2.214	-176.899	-150.945
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-2,43280	0,05420	-4,32770	-3,69270

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016</b>
3.99.01.02	PN	2,67610	0,05960	-4,76050	-4,06200
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-2,43280	0,05420	-4,32770	-3,69270
3.99.02.02	PN	-2,67610	0,05960	-4,76050	-4,06200

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-99.442	2.214	-176.899	-150.945
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-99.442	2.214	-176.899	-150.945
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-99.442	2.214	-176.899	-150.945

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2017 à 30/06/2017	Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	598.825	488.045
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	200.826	-185.002
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do IR e da CSLL	53.905	-235.093
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	108.121	121.290
6.01.01.04	Resultado da Equivalência Patrimonial	-5.470	-25.657
6.01.01.05	Atualização/Juros Retorno Bonificação de Outorga	-18.111	-20.138
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias	65.812	130.630
6.01.01.08	IR e CSLL Pagos	-71.690	-137.915
6.01.01.09	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	28.342	27.310
6.01.01.10	Juros Pagos	-47.607	-84.550
6.01.01.11	Contingência	31.510	-1.316
6.01.01.13	Realização de Provisões para Perdas	52	-3.775
6.01.01.14	Provisão para Passivo Atuarial	35.083	27.777
6.01.01.15	Atualização Ativo Financeiro - VNR	-928	-6.387
6.01.01.17	Baixa Ativo Indenizatório	468	706
6.01.01.18	Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	21.339	22.056
6.01.01.19	Perdas em Participações societárias	0	60
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	397.999	673.047
6.01.02.01	Contas a Receber	6.106	98.181
6.01.02.02	Estoques	2.381	505
6.01.02.03	Ativos Financeiros	14.281	59.934
6.01.02.04	Tributos a Recuperar	4.649	-38.297
6.01.02.05	Subsidio Decreto nº 7.891/2013	-271.640	-299.142
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-31.828	1.878
6.01.02.09	Outros Ativos	-26.606	-40.260
6.01.02.10	Fornecedores	-5.372	-211.297
6.01.02.11	Salários e Encargos Sociais	3.615	4.470
6.01.02.12	Tributos a Pagar	82.020	32.296
6.01.02.13	Taxas Regulamentares	577.540	474.412
6.01.02.14	Obrigações com Benefícios a Empregados	-104.878	-104.241
6.01.02.15	Passivos Regulatórios	148.357	623.110
6.01.02.19	Outros Passivos	-626	71.498
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-200.546	-157.297
6.02.01	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-203.184	-161.514
6.02.02	Aumento de Capital	-2.667	0
6.02.05	Dividendos Recebidos	5.305	4.217
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-200.701	17.955
6.03.02	Amortização de Empréstimos	-100.708	-118.341
6.03.03	Ingresso de Empréstimos	0	3.980
6.03.05	Dividendos Pagos	-3	-14.436
6.03.06	Ingresso Debêntures	0	146.752
6.03.07	Pagamento de Debêntures	-99.990	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	197.578	348.703
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	917.464	922.047
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.115.042	1.270.750



**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.133.602	0	-398.075	2.075.843	0	2.075.843
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.133.602	0	-398.075	2.075.843	0	2.075.843
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.030	-2.816	2.214	0	2.214
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.214	0	2.214	0	2.214
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	2.816	-2.816	0	0	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	2.816	-2.816	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.133.602	5.030	-400.891	2.078.057	0	2.078.057

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016</b>
7.01	Receitas	5.332.497	5.278.946
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.121.051	5.092.967
7.01.02	Outras Receitas	47.751	31.707
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	192.038	181.582
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-28.343	-27.310
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.576.249	-2.632.190
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-2.291.198	-2.371.405
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-93.013	-82.978
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	3.775
7.02.04	Outros	-192.038	-181.582
7.02.04.01	Custos refs à Construção de Ativos Próprios	-192.038	-181.582
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.756.248	2.646.756
7.04	Retenções	-108.121	-121.290
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-108.121	-121.290
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.648.127	2.525.466
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	177.461	174.409
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.470	25.657
7.06.02	Receitas Financeiras	171.991	148.752
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.825.588	2.699.875
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.825.588	2.699.875
7.08.01	Pessoal	334.188	301.996
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.176.639	2.314.539
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	312.547	234.285
7.08.03.01	Juros	303.997	227.222
7.08.03.02	Aluguéis	8.550	7.063
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.214	-150.945
7.08.04.02	Dividendos	0	6.207
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.214	-157.152



## 1. INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados em imobilizado, intangível e participações em PCHs pela Companhia no segundo trimestre de 2017 chegaram a R\$211,3 milhões ante R\$200,6 milhões em 2016, sendo 5,34% superior ao mesmo período do ano anterior, conforme evidenciado no quadro a seguir:

Do total investido o maior volume R\$205,3 milhões foi destinado à expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão Celesc D.

Dos principais investimentos realizados no parque gerador próprio, R\$2,1 milhões se refere à automação da Usina Bracinho e R\$0,8 milhão na substituição do conduto forçado da UG02 da Usina Pery.

Em relação aos investimentos em SPEs, foi investido R\$2,1 milhões na construção da usina Garça Branca e R\$0,5 milhão em adiantamento futuro de capital na usina Xavantina.

Investimento	30 de junho 2017		30 de junho 2016		Análise Horizontal
	R\$	%	R\$	%	
Distribuição de Energia Elétrica	205.311	97,16%	200.085	99,74%	2,61%
Geração de Energia Elétrica	5.999	2,84%	519	0,26%	1055,88%
<b>Total</b>	<b>211.310</b>	<b>100,00%</b>	<b>200.604</b>	<b>100%</b>	<b>5,34%</b>

Fonte: DEF/DPCO

## 2. MERCADO ACIONÁRIO

O Índice BOVESPA fechou o 2º trimestre de 2017 com desvalorização de 3,21%. O Índice do Setor de Energia Elétrica – IEE apresentou desvalorização de 4,69% no mesmo período. As Ações Preferenciais – PN da Companhia acompanharam o desempenho negativo do Setor Elétrico, ou seja, também apresentaram desvalorização de 1,58% no segundo trimestre de 2017.

O quadro a seguir apresenta as cotações finais em 30 de junho de 2017 e respectivas variações percentuais das ações da Companhia e dos principais indicadores de mercado:

	Fechamento		Desempenho *
	30 de junho 2017	2º TRI 2017	Variação % Em 12 meses
Celesc PN	R\$18,00	-1,58%	36,36%
Celesc ON	R\$27,95	21,52%	11,80%
<b>IBOVESPA</b>	62.899	-3,21%	22,07%
<b>IEE</b>	38.095	-4,69%	23,74%

Fonte: DEF/DPRI

\*Variações percentuais com ajuste a proventos

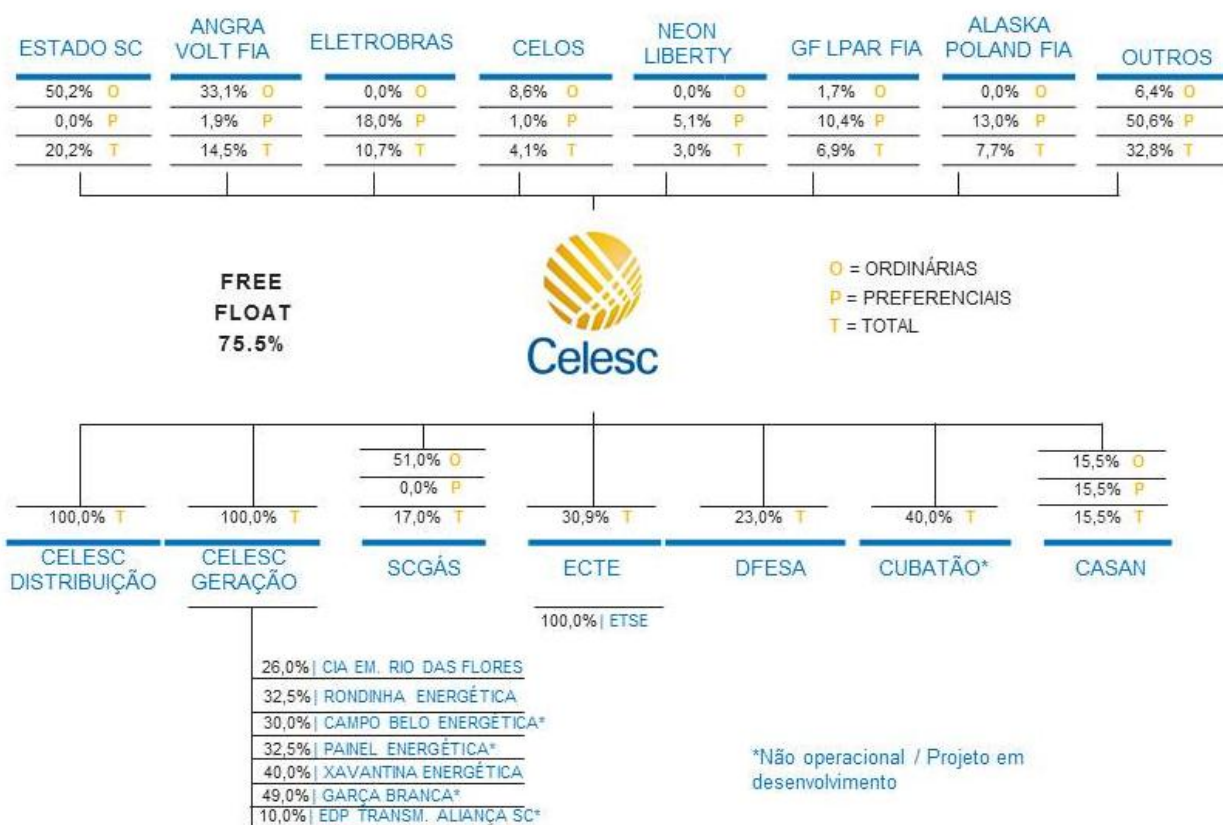
## Comentário do Desempenho



### 3. VALOR DE MERCADO DA AÇÃO

Os valores de mercado das ações da Companhia, em 30 de junho de 2017, conforme demonstrado no quadro anterior, são: R\$18,00 (dezoito reais) para cada Ação Preferencial – PN (CLSC4) e R\$27,95 (vinte e sete reais e noventa e cinco centavos) para cada Ação Ordinária – ON (CLSC3).

Seu acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das Ações Ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,2% do Capital Total. A estrutura acionária e societária, em 30 de junho de 2017 está apresentada no gráfico a seguir:



Fonte: DEF/DPRI

### 4. RECURSOS HUMANOS

O grupo Celesc encerrou o segundo trimestre de 2017, com um quadro funcional de 3.318 empregados. O total de empregados representa um decréscimo de 1,6% em relação ao mesmo período do ano anterior (3.372 empregados).

## Comentário do Desempenho



### 5. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

O Lucro Líquido acumulado no trimestre findo em 30 de junho de 2017 apresentado pela Companhia foi de R\$2,2 milhões, que representa um aumento de 101,47%, se comparado ao mesmo período de 2016 (Prejuízo Líquido de R\$150,9 milhões).

Por meio dos indicadores econômicos, as informações consolidadas do desempenho da Companhia em 30 de junho de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior, são as seguintes:

Dados Econômico-Financeiros	30 de junho 2017	30 de junho 2016 (Reapresentado)	AH
Receita Operacional Bruta – ROB	5.314.016	5.280.936	0,63%
Receita Operacional Líquida – ROL	3.192.220	2.885.501	10,63%
Resultado das Atividades	185.911	(156.623)	218,70%
EBITDA Ajustado	294.032	(39.108)	851,85%
EBITDA	294.032	(35.333)	932,17%
Margem EBITDA Ajustado (EBITDA/ROL)	9,21%	-1,36%	10,57 p.p.
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	9,21%	-1,22%	10,44 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	0,07%	-5,23%	5,30 p.p.
Resultado Financeiro	(132.006)	(78.470)	68,22%
Ativo Total	9.155.483	8.696.613	5,28%
Imobilizado	154.870	159.868	-3,13%
Patrimônio Líquido	2.078.057	2.067.576	0,51%
Lucro/Prejuízo Líquido	2.214	(150.945)	101,47%

Fonte: DEF/DPCO

O Grupo encerrou 30 de junho de 2017 com uma Receita Operacional Bruta – ROB acumulada de R\$5.314,0 milhões com aumento de 0,63% em relação a 2016 num valor de R\$5.280,9 milhões.

A Receita Operacional Líquida – ROL aumentou 10,63%, fechando o segundo trimestre de 2017 em R\$3.192,2 milhões em relação ao mesmo período de 2016 num valor de R\$2.885,5 milhões.

O EBITDA ajustado, do segundo trimestre de 2017, atingiu o valor de R\$294,0 milhões, ficando 851,85% maior em relação a 2016 (R\$39,1 milhões negativos) e a Margem do EBITDA Ajustado passou de -1,36% no segundo trimestre de 2016 para 9,21% em 2017.

A movimentação do Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – EBITDA está detalhada a seguir:

## Comentário do Desempenho



Conciliação do EBITDA - R\$ MIL	30 de junho 2017	30 de junho 2016 (Reapresentado)
Lucro/Prejuízo Líquido	2.214	(150.945)
IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	51.691	(84.148)
Resultado Financeiro	132.006	78.470
Depreciação e Amortização	108.121	121.290
<b>EBITDA</b>	<b>294.032</b>	<b>(35.333)</b>
<b>(-) Efeitos Não-Recorrentes</b>		
Reversão da Provisão para Perdas do Imobilizado	-	(3.775)
<b>(=) EBITDA Ajustado por Efeitos Não-Recorrentes</b>	<b>294.032</b>	<b>(39.108)</b>

Fonte: DEF/DPCO

## 6. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,01	7.791.201	20,20
Angra Partners Volt Fundo de Inv em Ações	5.140.868	33,11	437.807	1,90	5.578.675	14,46
Fundação Celesc de Seguridade Social - Celos	1.340.474	8,63	230.800	1,00	1.571.274	4,07
Geração LPar Fundo de Investimento	257.600	1,66	2.400.000	10,41	2.657.600	6,89
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras*	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Alaska Poland FIA	-	-	2.995.900	13,00	2.995.900	7,77
Neon Liberty Capital Management LLC	-	-	1.173.300	5,09	1.173.300	3,04
Outros	992.952	6,39	11.663.682	50,61	12.656.634	32,81
<b>Total</b>	<b>15.527.137</b>	<b>40,26</b>	<b>23.044.454</b>	<b>59,74</b>	<b>38.571.591</b>	<b>100,00</b>

Capital Social: R\$1.340.000.000,00 e Capital Autorizado: R\$1.340.000.000,00

\*Companhia de Capital Aberto

Fonte: DEF/DPRI

## 7. PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NO CAPITAL

Os investidores estrangeiros encerraram o segundo trimestre de 2017 representando 14,17% do Capital Social total da Companhia, detendo um volume de 5.464.508 ações, na grande maioria, ações preferenciais.

Participação dos Investidores por Residência	Quantidade de Ações	%
Investidores Estrangeiros	5.464.508	14,17%
Investidores Nacionais	33.107.083	85,83%
<b>Total</b>		<b>100,00%</b>

Fonte: DEF/DPRI

## Comentário do Desempenho


**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

### 8. AÇÕES DO CONTROLADOR, ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

Acionista	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	9.229.660	59,44%	234.305	1,02%	9.463.965	24,54%
Conselho de Administração	-	-	2	0,00%	2	0,00%
Outros Acionistas	6.297.477	40,56%	22.810.147	98,98%	29.107.624	75,46%
<b>Total</b>	<b>15.527.137</b>	<b>100,00%</b>	<b>23.044.454</b>	<b>100,00%</b>	<b>38.571.591</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: DEF/DPRI

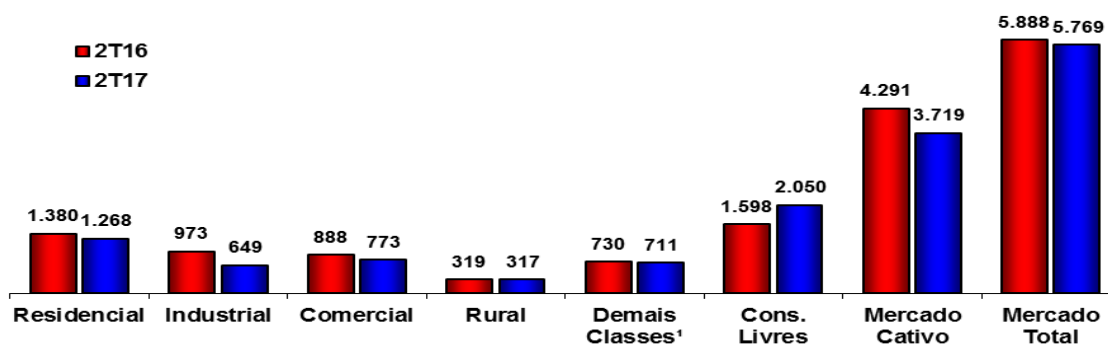
### 9. AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

Descrição	Ações ON – CLSC3		Ações PN – CLSC4		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Capital Total	15.527.137	100,0	23.044.454	100,0	38.571.591	100,00
Ações em Circulação	6.297.477	40,56	22.810.147	99,98	29.107.624	75,46

Fonte: DEF/DPRI

### 10. BALANÇO ENERGÉTICO

O Mercado Cativo Faturado da Celesc D apresentou uma queda de 13,3% no segundo trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo 3.719 GWh. Com relação ao Mercado Total, incluindo consumidores *livres*, o declínio foi de 2,0%, atingindo 5.769 GWh. No gráfico a seguir podem ser observados os valores de consumo de cada classe no Mercado Cativo, como também a variação do Mercado Total.



Fonte: DCL/DPCM/DVME

Nota: Demais Classes¹ = Poder Público + Iluminação Pública + Serviço Público + Revenda. Não considera Consumo Próprio.

## Comentário do Desempenho

**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

A principal causa do fraco desempenho do Mercado Cativo é a migração de consumidores para o Ambiente de Contratação Livre – ACL. O consumo relativo aos clientes livres aumentou cerca de 30% no último ano.

**11. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA****MERCADO CATIVO DE ENERGIA ELÉTRICA**

Descrição	2017		2016		Variação Vertical				Variação Horizontal	
					2º Trim	Acum	2º Trim	Acum	2º Trim	Acum
	2º Trim	Acumulado	2º Trim	Acumulado	2017	2017	2016	2016	17-16	17-16
<b>Receita de Vendas por Classe de Consumo em R\$ mil</b>										
Residencial	689.430	1.667.234	763.460	1.724.621	36,5%	39,1%	35,0%	36,1%	-9,7%	-3,3%
Industrial	415.938	843.584	587.148	1.193.783	22,0%	19,8%	26,9%	25,0%	-29,2%	-29,3%
Comercial	459.625	1.050.095	516.393	1.180.552	24,3%	24,6%	23,7%	24,7%	-11,0%	-11,1%
Rural	117.298	266.068	111.625	254.725	6,2%	6,2%	5,1%	5,3%	5,1%	4,5%
Poder Público	58.188	125.273	65.042	134.569	3,1%	2,9%	3,0%	2,8%	-10,5%	-6,9%
Iluminação Pública	54.488	109.269	52.979	110.688	2,9%	2,6%	2,4%	2,3%	2,8%	-1,3%
Serviço Público	40.245	84.600	40.968	88.052	2,1%	2,0%	1,9%	1,8%	-1,8%	-3,9%
<b>Subtotal</b>	<b>1.835.213</b>	<b>4.146.122</b>	<b>2.137.614</b>	<b>4.686.988</b>	<b>97,1%</b>	<b>97,2%</b>	<b>97,9%</b>	<b>98,0%</b>	<b>-14,1%</b>	<b>-11,5%</b>
Suprimento	55.001	117.284	44.870	95.573	2,9%	2,8%	2,1%	2,0%	22,6%	22,7%
<b>TOTAL</b>	<b>1.890.213</b>	<b>4.263.406</b>	<b>2.182.484</b>	<b>4.782.562</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>-13,4%</b>	<b>-10,9%</b>
<b>Consumo por Classe em MWh</b>										
Residencial	1.268.211	2.959.086	1.362.501	2.875.834	34,1%	36,3%	32,3%	32,9%	-6,9%	2,9%
Industrial	649.317	1.296.971	932.853	1.842.282	17,5%	15,9%	22,1%	21,1%	-30,4%	29,6%
Comercial	773.347	1.736.797	883.934	1.885.550	20,8%	21,3%	20,9%	21,6%	-12,5%	-7,9%
Rural	317.294	707.355	316.039	669.789	8,5%	8,7%	7,5%	7,7%	0,4%	5,6%
Poder Público	105.946	223.437	114.353	224.230	2,8%	2,7%	2,7%	2,6%	-7,4%	-0,4%
Iluminação Pública	154.555	312.844	152.191	299.050	4,2%	3,8%	3,6%	3,4%	1,6%	4,6%
Serviço Público	85.643	176.948	84.509	172.261	2,3%	2,2%	2,0%	2,0%	1,3%	2,7%
<b>Subtotal</b>	<b>3.354.313</b>	<b>7.413.438</b>	<b>3.846.379</b>	<b>7.968.995</b>	<b>90,2%</b>	<b>90,8%</b>	<b>91,1%</b>	<b>91,3%</b>	<b>-12,8%</b>	<b>-7,0%</b>
Suprimento	364.939	748.056	377.893	759.074	9,8%	9,2%	8,9%	8,7%	-3,4%	-1,5%
<b>TOTAL</b>	<b>3.719.252</b>	<b>8.161.494</b>	<b>4.224.271</b>	<b>8.728.068</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>-12,0%</b>	<b>-6,5%</b>
<b>Preço Médio Unitário do MWh em R\$</b>										
Residencial	543,62	563,43	560,34	599,69	107,0%	107,9%	108,5%	109,4%	-3,0%	-6,0%
Industrial	640,58	650,43	629,41	647,99	126,0%	124,5%	121,8%	118,3%	1,8%	0,4%
Comercial	594,33	604,62	584,20	626,10	116,9%	115,7%	113,1%	114,3%	1,7%	-3,4%
Rural	369,68	376,14	353,20	380,31	72,7%	72,0%	68,4%	69,4%	4,7%	-1,1%
Poder Público	549,22	560,66	568,78	600,14	108,1%	107,3%	110,1%	109,5%	-3,4%	-6,6%
Iluminação Pública	352,55	349,28	348,11	370,13	69,4%	66,9%	67,4%	67,5%	1,3%	-5,6%
Serviço Público	469,92	478,11	484,78	511,16	92,5%	91,5%	93,8%	93,3%	-3,1%	-6,5%
<b>Subtotal</b>	<b>547,12</b>	<b>559,27</b>	<b>555,75</b>	<b>588,15</b>	<b>107,7%</b>	<b>107,1%</b>	<b>107,6%</b>	<b>107,3%</b>	<b>-1,6%</b>	<b>-4,9%</b>
Suprimento	150,71	156,78	118,74	125,91	29,7%	30,0%	23,0%	23,0%	26,9%	24,5%
<b>TOTAL</b>	<b>508,22</b>	<b>522,38</b>	<b>516,65</b>	<b>547,95</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>-1,6%</b>	<b>-4,7%</b>

Fonte: DCL



## Comentário do Desempenho



### 12. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social, em seu artigo 64º “A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Contrato de Participação no Nível 2, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado”.

### 13. AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ratificadas pelo Ofício Circular CVM /SNC/SEP nº 01, de 25 de fevereiro de 2005, a Companhia informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

Florianópolis, 14 de agosto de 2017.

**A Administração**



## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, de economia mista, fundada em 9 de dezembro de 1955 por meio do Decreto Estadual nº 22, com sede na Avenida Itamarati, 160, bairro Itacorubi, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Obteve seu primeiro registro em Bolsa de Valores em 26 de março de 1973, e hoje tem seus papéis negociados na bolsa de São Paulo no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA S.A., em São Paulo e é controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

O acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,20% do Capital Total. O Capital Social atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.340,0 milhões, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 40,26% de ações ordinárias com direito a voto e 59,74% de ações preferenciais, também nominativas, sem direito a voto.

A Companhia e suas controladas e coligadas têm como atividade preponderante a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Além disso, atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

Em 30 de junho de 2017, as principais controladas integrais consolidadas, investimentos de controle compartilhado e coligadas são:

**Quadro 1 – Percentual de Participação em Subsidiárias Integrais**

Descrição	30 de junho 2017	31 de dezembro 2016
Controladas	Direta	Direta
Celesc Geração S.A. (Celesc G)	100,00	100,00
Celesc Distribuição S.A. (Celesc D)	100,00	100,00

Fonte: DEF/DPRI

**Quadro 2 – Percentual de Participação em Controladas em Conjunto e Coligadas**

Descrição	30 de junho 2017		31 de dezembro 2016	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
<b>Controladas em Conjunto</b>				
Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS	17,00	-	17,00	-
<b>Coligadas</b>				
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE	30,88	-	30,88	-
Dona Francisca Energética S.A. – DFESA	23,03	-	23,03	-
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	40,00	-	40,00	-
Campo Belo Energética S.A.	-	30,00	-	30,00
Painel Energética S.A.	-	32,50	-	32,50
Rondinha Energética S.A.	-	32,50	-	32,50
Companhia Energética Rio das Flores S.A.	-	26,07	-	26,07
Xavantina Energética S.A.	-	40,00	-	40,00
Garça Branca Energética S.A.	-	49,00	-	49,00

Fonte: DEF/DPRI

## 1.1. Participações em Subsidiárias Integrais

### 1.1.1. Celesc Distribuição S.A. – Celesc D

Em 09 de dezembro de 2015, em processo conduzido pelo Ministério de Minas e Energia, a Celesc D assinou o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/99 prorrogando assim a concessão por mais 30 anos até 07 de julho de 2045.

A subsidiária integral da Celesc é responsável pelos serviços de distribuição de energia elétrica em 92% do território de Santa Catarina e no município de Rio Negro, no Paraná.

A Celesc D atua ainda no suprimento de energia elétrica para o atendimento de 5 concessionárias e 17 permissionárias, responsáveis pelo atendimento dos demais 31 municípios catarinenses.

### 1.1.2. Celesc Geração S.A. – Celesc G

A Celesc G é a subsidiária integral da Celesc, que responde pela operação, manutenção, expansão e comercialização do parque gerador da Companhia, atualmente formado por 2 (duas) Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, 6 (seis) Usinas Hidrelétricas – UHEs e 4 (quatro) Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGHs de propriedade integral da Empresa e 5 (cinco) PCHs desenvolvidas em parceria com investidores privados, no formato de Sociedade de Propósito Específico – SPE.

O parque de geração própria possui 106,97MW de potência instalada, conforme quadro a seguir.

**Quadro 3 – Parque Gerador Próprio – Usinas 100% Celesc G**

Geradora	Localidade	Potência Instalada (MW)	Data de Vencimento da Concessão
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	24,60	07/11/2046
UHE Bracinho	Schroeder/SC	15,00	07/11/2046
UHE Garcia	Angelina/SC	8,92	05/01/2046
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,40	07/11/2046
UHE Salto	Blumenau/SC	6,28	07/11/2046
PCH Celso Ramos	Faxinal do Guedes/SC	5,62	17/03/2035
PCH Pery	Curitibanos/SC	30,00	09/07/2017(i)
UHE Caveiras	Lages/SC	3,83	10/07/2018 (ii)
CGH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	2,60	(iii)
CGH Pirai	Joinville/SC	0,78	(iii)
CGH São Lourenço	Mafra/SC	0,42	(iii)
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	0,52	(iii)
<b>Total da Capacidade Instalada</b>		<b>106,97</b>	

Fonte: DGT/DPEG

(i) Concessão prorrogada por mais 30 anos, passando a vigorar em 10 de julho de 2017.

(ii) Ao término da atual concessão a UHE Caveiras se tornará CGH.

(iii) As Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGHs, com potência inferior a 5MW, estão dispensadas do ato de concessão, não possuindo, portanto, data de vencimento. A conversão do regime de concessão de “serviço público” para “registro” junto à ANEEL já foi concluído.

Outros projetos estão em fase de revisão para ampliação e reativação de usinas de propriedade integral conforme quadro a seguir:

**Quadro 4 - Projetos de Expansão da Geração – Parque Próprio Celesc G**

Investimentos em Ampliação e Novas Usinas	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Propriedade	Potência Instalada (MW) Proporcional	Garantia Física (MW Médios) Proporc.	Data de Vencimento da Concessão
Investimentos em Ampliação na PCH Celso Ramos	12,82	7,56	100%	12,82	7,56	17/03/2035
Investimentos na Reativação na CGH Maruim	1,40	0,78	100%	1,40	0,78	-
Investimentos em Ampliação na UHE Salto	29,28	17,5	100%	29,28	17,5	07/11/2046
Investimentos em Ampliação na UHE Cedros (1 e 2)	13,00	8,42	100%	13,00	8,42	07/11/2046
Investimentos em Ampliação na UHE Palmeiras	25,35	17,15	100%	25,35	17,15	07/11/2046
Investimentos em Ampliação na UHE Caveiras	13,83	9,74	100%	13,83	9,74	(i)
Investimentos em Ampliação na CGH Rio do Peixe	9,00	4,92	100%	9,00	4,92	(ii)
<b>Total</b>	<b>104,68</b>	<b>66,07</b>		<b>104,68</b>	<b>66,07</b>	

Fonte: DGT/DPNN/DPOM

(i) Dependerá do Estudo de Inventário do Trecho do Rio e da Outorga de Autorização. Ao término da atual concessão a UHE Caveiras se tornará CGH.

(ii) Dependerá da Outorga de Autorização.

O parque de geração em parceria com investidores privados no formato de Sociedades de Propósito Específico – SPE possui 25,28MW. A potência equivalente à participação societária da Celesc G nesses empreendimentos é de 8,05MW de potência instalada, conforme quadro adiante.

**Quadro 5 – Novos empreendimentos em operação – Participação minoritária**

Usinas	Localização	Prazo de Concessão	Potência Instalada (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente Potência Instalada (MW)
PCH Prata	Bandeirante/SC	13/05/2039	3,00	26,07%	0,78
PCH Belmonte	Belmonte/SC	13/05/2039	3,60	26,07%	0,94
PCH Bandeirante	Bandeirante/SC	13/05/2039	3,00	26,07%	0,78
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	14/10/2040	9,60	32,50%	3,12
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	08/04/2040	6,08	40,00%	2,43
<b>Total - MW</b>			<b>25,28</b>		<b>8,05</b>

Fonte: DGT/DPNN

A Celesc G possui participação societária em outros três empreendimentos, ainda em estágio de desenvolvimento, totalizando 25,65MW de potência instalada. A potência equivalente à participação societária da Celesc G nesses empreendimentos é de 9,16MW de potência instalada proporcional, conforme quadro a seguir:

### Quadro 6 – Novos Empreendimentos em Desenvolvimento – Participação Minoritária

Investimentos em Ampliação e Novas Usinas	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Propriedade	Potência Instalada (MW) Proporcional	Garantia Física (MW Médios) Proporc.	Data de Vencimento da Concessão
PCH Garça Branca	6,50	3,40	49,00%	3,19	1,67	05/03/2043
PCH Campo Belo	9,95	4,13	30,00%	2,99	1,24	13/05/2044
PCH Painel	9,20	4,80	32,50%	2,99	1,56	05/03/2043
<b>Total</b>	<b>25,65</b>	<b>12,33</b>		<b>9,16</b>	<b>4,47</b>	

Fonte: DGT/DPNN

## 1.2. Outras Participações

### 1.2.1. Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS

A SCGÁS é a empresa responsável pela distribuição de gás natural canalizado em Santa Catarina. Criada em 1994, atua como uma sociedade de economia mista e tem como acionistas: Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc; Petrobrás Gás S.A. – Gaspetro, Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda – Mitsui Gás e Infraestrutura de Gás para a Região Sul S.A. – Infragás.

A SCGÁS detém contrato de concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado firmado em 28 de março de 1994, com prazo de vigência de 50 anos.

Destaque-se que, em 2013, a Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina – PGE, representando o Governo do Estado de Santa Catarina e a Celesc, entrou com ação de obrigação de fazer cumulada com ressarcimento contra a SCGÁS, Petrobras Gás S.A. – Gaspetro, Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda e Infragás S.A., questionando alteração no Capital Social e o Acordo de Acionistas de 1994, obtendo liminar favorável em juízo de 1º grau. Entretanto, os acionistas Mitsui Gás e Gaspetro ingressaram com agravos de instrumento, suspendendo os efeitos de tal liminar em 2ª instância, apresentado os recursos judiciais cabíveis. Atualmente, os efeitos da sentença encontram-se suspensos até julgamento dos referidos recursos.

### 1.2.2. Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE

A ECTE tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica.

A ECTE a detém a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, para implantação, manutenção e operação da Linha de Transmissão de 525kV, com 252,5km de extensão, entre as subestação de Campos Novos e Blumenau, no estado de Santa Catarina. A Celesc é detentora de 30,88% de participação no Capital Social da ECTE.

O sistema ECTE integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da



ANEEL, é de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, autorizado pelo Ministério de Minas e Energia – MME.

### **1.2.3. Dona Francisca Energética S.A. – DFESA**

A DFESA é uma concessionária produtora independente de energia elétrica, com contrato de concessão de 28 de agosto de 1998 e prazo de vigência de 35 anos, com capacidade instalada de 125MW e energia assegurada de 80MW. A Celesc detém 23,03% das ações ordinárias da Empresa.

## **1.3. Ambiente Regulatório**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia – MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

### **1.3.1. Distribuição**

Em 09 de dezembro de 2015, em processo conduzido pelo Ministério de Minas e Energia, a Celesc D assinou o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/99 prorrogando assim a concessão por mais 30 anos até 07 de julho de 2045.

A assinatura dos Termos Aditivos implicou na alteração da periodicidade das revisões tarifárias sendo que a primeira foi realizada em 16 de agosto de 2016 e as subsequentes serão realizadas a cada 5 (cinco) anos a partir desta data.

#### **1.3.1.1. Revisão Tarifária**

A revisão tarifária, definida pela ANEEL por meio de Resolução Homologatória nº 287, de 16 de agosto de 2016, apresentou o seguinte efeito médio ao consumidor para as tarifas de energia elétrica dos consumidores atendidos na área de concessão da Celesc D:

### **Quadro 7 – Variação Tarifária – Grupos AT e BT**

<b>Grupo de Consumo</b>	<b>Variação Tarifária</b>
AT - Alta Tensão (>2,3kV)	-6,25%
BT - Baixa Tensão (<2,3kV)	-2,62%
<b>Efeito Médio AT + BT</b>	<b>-4,16%</b>

Fonte: ANEEL

O efeito médio de -4,16% representa uma variação de -6,25% para os consumidores conectados em Alta Tensão (industriais) e de -2,62% para aqueles conectados em Baixa Tensão, em especial os consumidores residenciais.

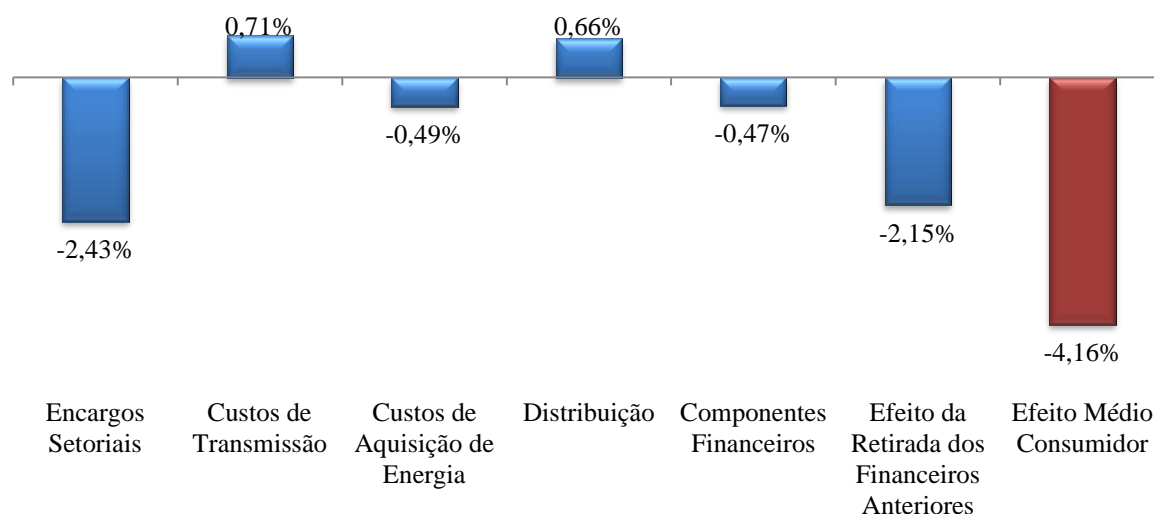


Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Os componentes com maior variação no cálculo do reajuste foram os encargos setoriais, com variação de -2,43% e os custos de aquisição de energia, variando em -0,49%, além dos efeitos da retirada dos componentes financeiros estabelecidos no último processo tarifário.

O gráfico a seguir apresenta os principais itens que contribuíram para a formação do efeito médio ao consumidor de -4,16%.

**Gráfico 1 – Participação na Formação Tarifária de 2016**



Fonte: DRG/DPRE

### 1.3.1.2. Bandeiras Tarifárias

O Governo Federal, por meio do Decreto nº 8.401 de 04 de fevereiro de 2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias e estabeleceu que as bandeiras tarifárias deverão considerar as variações dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetam os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

As faixas de acionamento e os adicionais para 2017 das bandeiras tarifárias.

Os adicionais aprovados são:

- i) A bandeira amarela passou para R\$2,00 a cada 100Kwh;
- ii) A bandeira vermelha no patamar 1 se manteve em R\$3,00 a cada 100Kwh, e no patamar 2 caiu para R\$3,50 a cada 100Kwh.

Ficou estabelecido que as faixas de acionamento serão definidas anualmente com base na estimativa de custos para cada cenário. De acordo com a ANEEL, em um cenário hídrico desfavorável, o acionamento das bandeiras pode ocorrer antecipadamente, em vez de ser acionada apenas quando o Custo Variável Unitário – CVU da última térmica despachada





for superior a 50% do PLD. Com esse mecanismo, mitiga-se o risco das distribuidoras de terem que arcar com os custos de geração enquanto as faixas de acionamento não forem atingidas, o que poderia agravar a situação do caixa das concessionárias. E como esse custo é repassado aos consumidores nos processos tarifários por meio da CVA, o mecanismo proposto propicia ao consumidor o conhecimento desse custo antecipadamente, e não apenas no processo tarifário.

A definição das faixas de acionamento será realizada conforme os seguintes critérios:

- i) Bandeira Tarifária Verde:** será acionada nos meses em que o valor do CVU da última usina a ser despachada for inferior a R\$211,28/MWh;
- ii) Bandeira Tarifária Amarela:** será acionada nos meses em que o valor do CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior a R\$211,28/MWh e inferior a R\$422,56/MWh; e
- iii) Bandeira Tarifária Vermelha:** será acionada nos meses em que o valor do CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior a R\$422,56/MWh, conforme os seguintes patamares de aplicação:

**Patamar 1:** será acionada nos meses em que o valor do Custo Variável Unitário – CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior a R\$422,56/MWh e inferior a R\$610/MWh; e

**Patamar 2:** será acionada nos meses em que o valor do Custo Variável Unitário – CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior ao limite a R\$610/MWh.

A Celesc D aplicou para seus consumidores nos meses de janeiro e fevereiro de 2017 a bandeira tarifária verde. No mês de março, a previsão das vazões nos reservatórios das hidrelétricas ficou abaixo da expectativa. Com isso, houve a indicação de maior geração termelétrica como medida para preservar os níveis de armazenamento e garantir o atendimento à carga do sistema levou o governo a adotar a bandeira tarifária amarela. Nos meses de abril e maio de 2017 a ANEEL resolve fixar a bandeira tarifária vermelha patamar I. No mês de junho de 2017 foi fixada a bandeira tarifária verde levando em consideração a maior afluência das vazões dos reservatórios das hidrelétricas e a perspectiva de redução do consumo de energia elétrica.

### **1.3.2. Geração**

#### **1.3.2.1. Leilão nº 12/2015 – Conversão p/ Regime de Exploração Híbrido (Cotas + ACL)**

A Celesc G participou do Leilão nº 12/2015 de Contratação de Concessões de Usinas Hidrelétricas em Regime de Alocação de Cotas de Garantia Física e Potência, realizado pela ANEEL no dia 25 de novembro 2015, readquirindo a concessão das PCHS Garcia, Palmeiras, Bracinho, Cedros e Salto, que foram abrangidas pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, por não terem aderido aos termos de prorrogação antecipada das concessões e tiveram suas concessões licitadas.

Os Contratos de Concessão para Serviço de Geração foram assinados em 05 de janeiro de 2016 e permitem à Celesc G continuar explorando, pelos próximos trinta anos, os serviços de geração das usinas Salto Weisbach, em Blumenau; Cedros e Palmeiras, em Rio dos





Cedros; Garcia, em Angelina; e Bracinho, no município de Schroeder, que totalizam 63,2MW de capacidade instalada.

A Celesc G aportou R\$228,6 milhões à União a título de bônus da outorga e receberá, pelos serviços prestados, remuneração anual de R\$68,9 milhões sendo que, a partir de 2017, poderá vender 30% da garantia física de geração das usinas em ambiente de contratação livre.

#### 1.3.2.2. Concessão PCH Celso Ramos

Em 03 de fevereiro de 2016, a Celesc G e a ANEEL assinaram o segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Uso do Bem Público nº 006/2013 com o objetivo de formalizar a ampliação e a prorrogação da PCH Celso Ramos. As obras para ampliação da PCH Celso Ramos devem ter início ainda no ano de 2017.

Tal processo teve início em 17 de março de 2015 quando, por meio da Resolução Autorizativa nº 5.078, a ANEEL autorizou a ampliação da potência instalada da PCH Celso Ramos, de 5,62MW para 12,82MW, e a prorrogação da concessão pelo prazo de 20 anos, a contar da data de publicação da Resolução, condicionada à entrada em operação comercial das unidades geradoras 3 e 4 até a data de vencimento da atual concessão, que vence em 2021.

#### 1.3.2.3. Concessão PCH Pery

A Celesc G mantém, em âmbito judicial, a discussão sobre a concessão da Usina Pery, com a obtenção de liminar concedida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a qual suspendeu o prazo para assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão no regime de cotas, até o trânsito em julgado da ação judicial ou o término do prazo atual de concessão (julho/2017), o que ocorrer primeiro. A usina estaria entre os empreendimentos contemplados pela MP 579/12, Lei Federal nº 12.783, de 11 janeiro de 2013.

Recentemente, o Governo Federal publicou a Resolução nº 03, de 13 de setembro de 2016, prevendo em seu Artigo 1º, X, a licitação da Usina Pery no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI, da Presidência da República.

Após análise dos fatores que levaram à inclusão da Usina Pery no rol dos ativos a serem licitados no PPI, constatou-se que a Procuradoria do MME, quando consultada pelo Ministério de Planejamento sobre a existência de impedimentos para a licitação da Usina Pery, não constatou que a Celesc G estava amparada por liminar judicial. A Celesc G manifestou-se junto ao MME e ANEEL acerca de tal impossibilidade e, sendo confirmado o entendimento após manifestação da Procuradoria do MME, qual seja, da impossibilidade da Usina Pery constar como ativo a serem licitados até enquanto não forem julgados os Recursos Especial e Extraordinários.



Em 07 de abril do 2017, o Ministro Benedito Gonçalves da 1ª Turma do STJ negou provimento ao Recurso Especial, utilizando como fundamento o caso da Usina Jaguará, de titularidade da CEMIG, tido como caso análogo.

Em 03 de maio do corrente ano, a Celesc G interpôs agravo interno perante o STF, objetivando a reforma da decisão que negou provimento ao Recurso Especial, ficando pendente ainda o julgamento do Recurso Extraordinário no STF.

Considerando possibilidade da Celesc G prorrogar a concessão da Usina Pery por mais 30 (trinta) anos no regime de cotas com base na Lei Federal nº 12.783/2013, tendo em vista a liminar suspendendo o prazo para a formalização do 4º termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 06/2013, e a possibilidade remota de reverter as decisões desfavoráveis perante o STJ, a Celesc G impetrou Mandado de Segurança nº 23625 requerendo liminarmente a prorrogação do contrato de concessão ou alternativamente a suspensão da assinatura do Termo Aditivo, até que fossem publicadas as regras acerca da remuneração dos investimentos realizados, tendo em vista o prazo exíguo (06 de julho de 2017) para a tomada de decisão.

Assim, considerando indeferimento do Mandado de Segurança e a avaliação realizada pela Celesc G para prorrogar a concessão conforme as regras da Lei Federal nº 12.783/2013, sem custo para a Empresa, e com espaço para discutir junto ao poder concedente a forma de indenização dos ativos não amortizados, a Celesc G formalizou a assinatura do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 06/2013, perante o MME em 06 de julho de 2017, tendo por objeto a prorrogação do prazo de concessão por mais 30 (trinta) anos, nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013, conforme autorizado pela alta direção da companhia, requerendo a desistência dos processos judiciais ainda em trâmite, colocando fim a controvérsia judicial.

#### 1.3.2.4. Concessão PCH Caveiras

Com promulgação da Lei Federal nº 13.360, de 17 de novembro de 2016, vencido o prazo de concessão atual, a usina Caveiras não mais se submeterá ao regime de cotas, sendo mantida sua titularidade pela Celesc G, sem prazo de concessão definido, uma vez que será exigido pelo Poder Concedente apenas o registro da usina junto à ANEEL, por ter capacidade instalada inferior a 5MW.

Em paralelo, a Celesc G vem trabalhando junto à ANEEL o encaminhamento de registro de estudos de inventário referente ao trecho do rio onde está situada a PCH Caveiras, objetivando contemplar a ampliação da capacidade de geração, atingindo o potencial ótimo de exploração, elevando a receita financeira da Empresa e garantindo a titularidade sobre a usina.

#### 1.3.2.5. Fator de Ajuste da Garantia Física – GSF

A Celesc G interpôs Ação Judicial contra a UNIÃO e ANEEL requerendo que as mesmas determinem à CCEE a revisão da forma de cálculo do Mecanismo de Realocação de



Energia – MRE, bem como que lhe seja garantido o aporte de energia equivalente à garantia física, *Generation Scaling Factor* – GSF, postura similar àquela adotada por outros agentes de geração, objetivando mitigar os riscos advindos do regime hidrológico desfavorável e da geração de energia abaixo da Garantia Física.

Por meio da ação, a Celesc G busca a suspensão do registro dos custos incorridos pelos geradores hidrelétricos, decorrentes da aplicação do GSF, que é a divisão entre a energia gerada total e a soma das garantias físicas das usinas participantes do MRE. Esse fator é aplicado à garantia física de todas as usinas, resultando na chamada “garantia física ajustada”, uma vez que a frustração da geração hidrelétrica no cenário atual decorre tanto de ordem estrutural quanto conjuntural.

Em 05 de agosto de 2015, foi emitida a decisão judicial pela 5ª Vara Federal, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que deferiu o pedido liminar vindicado, concedendo parcialmente a tutela antecipada e determinando que a ANEEL e a CCEE abstenham-se de proceder ao ajuste do MRE, caso haja geração total do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE em montante inferior à garantia física desse mesmo conjunto, de forma a limitar a incidência do fator de ajuste GSF ao percentual máximo de 5% do total da garantia física das demandantes.

Segundo declaração do diretor-geral da ANEEL, a Agência vai continuar trabalhando para suspender todas as demais liminares que impedem ou limitam a cobrança do risco hidrológico das usinas com contratos no mercado livre. A ANEEL vai usar a decisão do STJ para pedir tratamento similar em outras instâncias judiciais onde existem sentenças provisórias favoráveis aos geradores. Neste sentido, atualmente a Celesc G está realizando análise estratégica quanto à atuação no caso, bem como avaliação das movimentações de mercado, a fim de antecipar medidas, caso sejam necessárias.

#### 1.3.2.6. Leilão de Transmissão – Consórcio na Celesc G

Em 24 de abril de 2017, o Consórcio Aliança formado pela Celesc G e pela Energias de Portugal – EDP, arrematou o lote 21 do Leilão de Transmissão realizado pela ANEEL, em São Paulo. Com a execução das obras previstas, o consórcio receberá receita anual de R\$171,8 milhões. O valor representa um deságio de 34,99%, em relação ao valor máximo de R\$264,3 milhões, estabelecido pela ANEEL.

O lote 21 era o terceiro maior ofertado no leilão, com demanda de R\$1,265 bilhão em investimentos. O pacote inclui a construção de três Linhas de Transmissão de 525kV (Abdon Batista – Siderópolis 2, com 261Km; Biguaçu – Siderópolis 2, com 149 Km; e Campos Novos – Abdon Batista, com 39Km); duas Linhas de Transmissão de 230kV (Siderópolis 2 – Forquilha, com 28Km; e Siderópolis 2 – Siderópolis, com 7,5Km); além da subestação 525/230kV - Siderópolis 2. As instalações visam à expansão do sistema de transmissão em Santa Catarina. O prazo para a execução das obras é de 60 meses e a entrada em operação comercial está prevista para agosto de 2022, com possibilidade de antecipação.

A tabela abaixo resume as principais informações do empreendimento:

Transmissora	Localização	Termo Final da Concessão	Km Linha	Subestações	Data prevista de entrada em operação	Status
EDP Transmissão Aliança SC	Santa Catarina	11/08/2047	485	1	11/08/2022	Licenciamentos

Fonte: DEF/DPRI

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO

### 2.1. Declaração de Conformidade

#### 2.1.1. Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas

As Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 07 de agosto de 2017.

### 2.2. Base de Mensuração

#### 2.2.1. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras, Individuais e Consolidadas, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação do Grupo, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

#### 2.2.2. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de Ativos e Passivos para os próximos períodos estão contempladas a seguir.



#### **a) Valor Justo de Outros Instrumentos Financeiros**

O valor justo de outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia utiliza seu julgamento para escolher, dentre diversos métodos, o mais adequado, a partir do qual são definidas premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

#### **b) Benefícios de Planos de Pensão**

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo/receita líquida para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia utiliza a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício de acordo com as condições atuais de mercado. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão.

Ao definir a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

#### **c) Imposto de Renda e Contribuição Social**

A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

#### **d) Contingências**

A Companhia atualmente está envolvida em diversas ações de natureza tributária, trabalhista, cível, regulatória e ambiental. Provisões são reconhecidas para os casos que representem perdas prováveis. A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o seu valor possa ser estimado com segurança.

A probabilidade de perda é avaliada baseada nas evidências disponíveis, incluindo a avaliação de advogados externos.

### **e) Impairment de Ativos Não Financeiros**

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

### **f) Uso do Bem Público – UBP**

São os valores contratados relativos ao direito do UBP para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela diretoria da Companhia.

A obrigação está registrada no passivo circulante e não circulante segregada dos encargos financeiros, e, a despesa financeira e a amortização são reconhecidas no resultado.

## **3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

A base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas utilizadas nas Demonstrações Financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as Notas Explicativas nessa ITR de forma resumida nos casos em que não haja mudanças em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Nesses casos, foi indicada a localização da Nota Explicativa completa na Demonstração Financeira Anual, para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário.

Portanto, as correspondentes informações devem ser lidas na nota resumo das principais políticas contábeis àquelas Demonstrações Financeiras.

### **3.1. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro**

A Companhia revisou as suas políticas contábeis objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e dos seus resultados operacional e financeiro. Foram realizadas reclassificações nos valores correspondentes referentes ao Balanço Patrimonial em 31 de dezembro 2016; e Demonstração de Resultado e Demonstração do Valor Adicionado Consolidados do período findo em 30 de junho de 2016, como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a IAS 8 – *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e IAS 1 – *Presentation of Financial Statements*.

Essas reclassificações não tiveram impactos no Resultado da Companhia. Os efeitos dessas representações são demonstrados a seguir:



**3.1.1. Balanço Patrimonial**

	Consolidado		
	31 de dezembro 2016	Reclassificação	31 de dezembro 2016 (Reapresentado)
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>	<b>3.765.539</b>	-	<b>3.765.539</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	917.464	-	917.464
Contas a Receber de Clientes	1.270.105	-	1.270.105
Estoques	10.006	-	10.006
Tributos a Recuperar ou Compensar	121.761	-	121.761
Dividendos e JCP	7.959	-	7.959
Outros Créditos	1.410.002	-	1.410.002
Ativo Financeiro	28.242	-	28.242
<b>Não Circulante</b>	<b>4.863.176</b>	-	<b>4.863.176</b>
<i>Realizável a Longo Prazo</i>	<i>1.418.149</i>		<i>1.418.149</i>
Títulos e Valores Mobiliários	137.478	-	137.478
Contas a Receber de Clientes	31.497	-	31.497
Outros Créditos com Partes Relacionadas	6.472	-	6.472
Tributos Diferidos	514.870	-	514.870
Tributos a Recuperar ou Compensar	17.985	-	17.985
Depósitos Judiciais	124.336	-	124.336
Ativo Indenizatório (Concessão)	346.620	-	346.620
Outros Créditos	5.317	-	5.317
Ativo Financeiro	233.574	-	233.574
<i>Investimentos</i>	<i>227.554</i>	-	<i>227.554</i>
<i>Intangível</i>	<i>3.058.978</i>	-	<i>3.058.978</i>
<i>Imobilizado</i>	<i>158.495</i>	-	<i>158.495</i>
<b>Total do Ativo</b>	<b>8.628.715</b>	-	<b>8.628.715</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>	<b>4.072.723</b>	<b>(256.601)</b>	<b>3.816.122</b>
Fornecedores	625.100	-	625.100
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	310.152	-	310.152
Salários e Encargos Sociais	141.954	-	141.954
Tributos e Contribuições Sociais	158.516	-	158.516
Dividendos Propostos	1.736	-	1.736
Taxas Regulamentares	2.298.120	-	2.298.120
Outros Passivos de Partes Relacionadas	17.016	-	17.016
Passivo Atuarial	162.312	-	162.312
Outros Passivos	49.256	-	49.256
Passivo Financeiro (i)	308.561	(256.601)	51.960
<b>Não Circulante</b>	<b>2.480.149</b>	<b>256.601</b>	<b>2.736.750</b>
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	477.639	-	477.639
Tributos Diferidos	7.859	-	7.859
Taxas Regulamentares (ii)	215.482	(59.796)	155.686
Provisões para Contingências (i) (ii)	281.722	316.397	598.119
Passivo Atuarial	1.396.913	-	1.396.913
Outros Passivos	2.475	-	2.475
Passivo Financeiro	98.059	-	98.059
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>2.075.843</b>	-	<b>2.075.843</b>
Capital Social	1.340.000	-	1.340.000
Reservas de Capital	316	-	316
Reservas de Lucros	1.133.602	-	1.133.602
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(398.075)	-	(398.075)
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>8.628.715</b>	-	<b>8.628.715</b>



### 3.1.2 Demonstrações de Resultados – Consolidado

	Consolidado		
	30 de junho 2016 Original	Reclassificação	30 de junho 2016 (Reapresentado)
<b>Receita</b>	<b>2.879.114</b>	<b>6.387</b>	<b>2.885.501</b>
Receita das Vendas e Serviços	3.375.634	-	3.375.634
Receita de Construção – CPC 17	181.582	-	181.582
Despesa Parcela A – CVA	(678.102)	-	(678.102)
Atualização do Ativo Financeiro – VNR (i)	-	6.387	6.387
<b>Custos</b>	<b>(2.822.381)</b>	<b>-</b>	<b>(2.822.381)</b>
Custo das Vendas e Serviços	(2.640.799)	-	(2.640.799)
Custo de Construção – CPC 17	(181.582)	-	(181.582)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>56.733</b>	<b>6.387</b>	<b>63.120</b>
Despesas com Vendas	(107.154)	-	(107.154)
Despesas Gerais e Administrativas	(157.475)	-	(157.475)
Outras Receitas (Despesas), Líquidas	19.229	-	19.229
Resultado de Equivalência Patrimonial	25.657	-	25.657
<b>Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro</b>	<b>(163.010)</b>	<b>6.387</b>	<b>(156.623)</b>
Receitas Financeiras (i)	155.139	(6.387)	148.752
Despesas Financeiras	(227.222)	-	(227.222)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(72.083)</b>	<b>(6.387)</b>	<b>(78.470)</b>
<b>Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	<b>(235.093)</b>	<b>-</b>	<b>(235.093)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	84.148	-	84.148
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício</b>	<b>(150.945)</b>	<b>-</b>	<b>(150.945)</b>
<b>Lucro (Prejuízo) por Ação Atribuível aos Acionistas da Companhia Durante o Exercício (expresso em R\$ por ação)</b>			
<b>Lucro (Prejuízo) Básico por Ação</b>			
Ações Ordinárias Nominativas	(3,6927)		(3,6927)
Ações Preferenciais Nominativas	(4,0620)		(4,0620)
<b>Lucro (Prejuízo) Diluído por Ação</b>			
Ações Ordinárias Nominativas	(3,6927)		(3,6927)
Ações Preferenciais Nominativas	(4,0620)		(4,0620)



**3.1.3 Demonstração do Valor Adicionado – Consolidado**

	30 de junho 2016 Original	Reclassificação	Consolidado 30 de junho 2016 (Reapresentado)
<b>Receitas</b>	<b>5.272.559</b>	<b>6.387</b>	<b>5.278.946</b>
Vendas Brutas de Produtos e Serviços	5.092.967	-	5.092.967
Receita com a Construção de Ativos	181.582	-	181.582
Outras Receitas (iii)	25.320	6.387	31.707
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(27.310)	-	(27.310)
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>			
Custo das Mercadorias e Serviços Públicos Vendidos	(2.371.405)	-	(2.371.405)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros Operacionais	(82.978)	-	(82.978)
Gastos com a Construção de Ativos	(181.582)	-	(181.582)
Perdas/Recuperação de Ativos	3.775	-	3.775
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>2.640.369</b>	<b>6.387</b>	<b>2.646.756</b>
Depreciação e Amortização	(121.290)	-	(121.290)
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade</b>	<b>2.519.079</b>	<b>6.387</b>	<b>2.525.466</b>
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>			
Resultado de Equivalência Patrimonial	25.657	-	25.657
Receitas Financeiras (iii)	155.139	(6.387)	148.752
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>2.699.875</b>	<b>-</b>	<b>2.699.875</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>			
Pessoal	(301.996)	-	(301.996)
Impostos, Taxas e Contribuições	(2.314.539)	-	(2.314.539)
Juros e Variações Cambiais	(227.222)	-	(227.222)
Aluguéis	(7.063)	-	(7.063)
Dividendos e JCP	(6.207)	-	(6.207)
Lucro Retido do Exercício	157.152	-	157.152
<b>Valor Adicionado Distribuído</b>	<b>(2.699.875)</b>	<b>-</b>	<b>(2.699.875)</b>

(i) O passivo financeiro (ativo regulatório – CVA) da Celesc D, no valor de R\$256.601, foi reclassificado para provisão de contingência regulatória por tratar-se de ação judicial ajuizada em 10 de agosto de 2016, para suspender a aplicação do redutor tarifário referente a exposição involuntária interposto pela ANEEL por meio do Despacho nº 2.078, de 02 de agosto de 2016 (Nota 11.1).

(ii) A Celesc D reclassificou em junho de 2017 o montante de R\$59.796 de taxas regulamentares para provisão de contingência regulatória por tratar-se de ação judicial, ajuizada em 01 de julho de 2005, na qual a Advocacia Geral da União, pleiteia repasses a título de Encargos de Capacidade Emergencial – ECE.

(iii) A receita de atualização do ativo financeiro de concessão (ativo indenizável) da Celesc D, foi reclassificada de receita financeira para receita operacional por tratar-se de receita



oriunda da atividade principal da entidade, juntamente com as receitas derivadas das tarifas calculadas sobre esse mesmo ativo financeiro.

### 3.2. Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2017 e não tiveram impactos materiais para o Grupo.

**a) CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa:** estabelece que sejam divulgadas informações sobre as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

**b) CPC 32 – Tributos sobre o Lucro:** modifica a questão do reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas. As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.

Outras alterações em vigor para o exercício financeiro iniciado em 1º de janeiro de 2017 não são relevantes para o Grupo.

### 3.3. Novas Normas e Interpretações

As seguintes novas normas foram emitidas pelo *IASB* mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo *IASB*, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC.

- **IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros”** – Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do *IFRS 9* foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no *IAS 39*, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o *IFRS 9* traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.
- **IFRS 15 – “Receita de Contratos com Clientes”** – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a *IAS 11* – “Contratos de Construção”, *IAS 18* – “Receitas” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.
- **IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil”** – Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados



contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O *IFRS* 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o *IAS* 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas *IFRS* ou interpretações *IFRIC* que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

## **4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO**

### **4.1. Fatores de Risco Financeiro**

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, de taxa de juros de valor justo, de taxa de juros de fluxo de caixa e de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

### **4.2. Risco de Mercado**

#### ***4.2.1. Risco Cambial***

Esse risco decorre da possibilidade de suas controladas virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira.

A subsidiária Cellesc D está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação (CVA) protege as empresas de eventuais perdas. Entretanto, esta compensação se realizará somente pelo consumo e consequente faturamento de energia ocorrido após o reajuste tarifário subsequente, no qual tenham sido contempladas tais perdas.

#### ***4.2.2. Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo Associado com Taxa de Juros***

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer face a este risco.

### **4.3. Risco de Crédito**

Surge da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias.



Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança.

#### 4.4. Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada e centralizada em área operacional específica da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez, para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa é aplicado em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, sendo escolhidos instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões de fluxos de caixas mencionadas.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

Consolidado							
30 de Junho de 2017							
Descrição	Taxas %	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um Ano	Entre um e cinco anos	Acima de 5 anos	Total
Contas a Receber		1.163.836	45.882	23.593	30.007	3.836	1.267.154
Caixa e Equivalente de Caixa		1.115.042	-	-	-	-	1.115.042
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) <sup>(ii)</sup>		1.501.381	-	-	-	-	1.501.381
Ativo Financeiro – CVA/Bonificação Outorga	IPCA	2.613	5.170	22.628	110.823	221.959	363.193
<b>Total Ativo</b>		<b>3.782.872</b>	<b>51.052</b>	<b>46.221</b>	<b>140.830</b>	<b>225.795</b>	<b>4.246.770</b>
Empréstimo Bancário	110% a 121,5% CDI	14.564	28.410	107.978	-	-	150.952
Eletrobras	5% a.a.	2.211	4.330	15.277	21.807	3.247	46.872
Finame	2,5% a 9,5% a.a.	635	1.049	5.792	29.467	5.126	42.069
Debêntures – Celesc D	CDI + 1,3% a 2,5% a.a.	-	-	103.700	114.169	-	217.869
Debêntures – Celesc G	125% CDI	-	1.074	-	172.881	-	173.955
Fornecedores		335.293	279.382	5.053	-	-	619.728
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE <sup>(ii)</sup>		2.751.912	-	-	-	-	2.751.912
Reserva Matemática a amortizar	IPCA + 6%	10.749	8.514	39.850	268.051	225.161	552.325
Passivo Financeiro – “Parcela A” CVA	14,09% a.a. <sup>(i)</sup>	17.509	35.141	162.050	109.522	-	324.222
<b>Total Passivo</b>		<b>3.132.873</b>	<b>357.900</b>	<b>439.700</b>	<b>715.897</b>	<b>233.534</b>	<b>4.879.904</b>

(i) Taxa selic projetada para os próximos 12 meses.

(ii) Vide Nota 23.

## **4.5. Riscos Operacionais**

### ***4.5.1. Risco Quanto à Escassez de Energia Elétrica***

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva durante a estação úmida reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e a elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita.

### ***4.5.2. Risco quanto à Produção de Energia Elétrica***

Os maiores riscos que podem impactar na produção de energia elétrica da Celesc G dependem principalmente de duas variáveis: (i) Afluência Média; (ii) Disponibilidade das Unidades Geradoras.

#### **(i) Afluência Média**

As PCHs e CGHs da Celesc G são do tipo fio d'água ou com reservatórios relativamente pequenos, dependendo diretamente do regime pluviométrico. Como forma de minimizar este risco, as Usinas da Celesc G fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. O MRE, de abrangência nacional, realoca contabilmente a energia, transferindo o excedente daqueles que geraram além de sua garantia física para aqueles que geraram abaixo, compartilhando assim os riscos hidrológicos entre os agentes associados.

#### **(ii) Disponibilidade das Unidades Geradoras**

Os riscos que impactam diretamente nesse item são ligados às áreas de operação e manutenção das Usinas da Celesc G. Para mitigar este risco a Celesc G iniciou um processo de modernização do parque gerador por meio da automação de suas unidades geradoras e da implantação de um Centro de Controle da Geração – COG, na sede da administração central. Também deu início à contratação de empresa especializada em realizar os serviços de operação e manutenção, de forma a complementar os serviços realizados pela equipe própria, fortalecendo o quadro operacional e melhorando a confiabilidade operacional de suas usinas.

### ***4.5.3. Risco de Não Renovação das Concessões***

#### **a) Distribuição de Energia**

A Companhia possui concessão de distribuição de energia elétrica e em 09 de dezembro de 2015 foi assinado o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999 de distribuição de energia elétrica da Celesc D com vigência de 30 anos até 07 de julho de 2045.

Destaca-se, que nos primeiros 5 (cinco) anos haverá metas a serem alcançadas para



## Notas Explicativas

indicadores de qualidade técnica e sustentabilidade econômica e financeira, condicionantes estas para a confirmação da prorrogação da concessão.

Os indicadores de qualidade técnicos a serem medidos serão a Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC, mede quantas horas uma Unidade Consumidora – UC ficou sem energia durante certo período, e a Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC, mede quantas vezes, em média, uma UC ficou sem energia.

Até 2017 a redução no DEC da Celesc D tem de chegar a 9% e em 2020 – prazo limite dado pela ANEEL para comprovação plena dos ajustes – o patamar passa a ser de 25% de redução. Seguindo o ritmo histórico, a redução desse indicador deverá ser de 5% ao ano.

Os indicadores financeiros que serão avaliados são:

i) Ebtida: Representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, quanto a Empresa gera de recursos apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração efeitos financeiros e de impostos. Em resumo, é quanto a atividade operacional traz dinheiro para a Companhia.

ii) Ebitda QRR: Significa que a geração operacional de caixa deve ser suficiente para cobrir os gastos com Pessoal, Material, Serviços e Outros – PMSO e realizar o mínimo de investimentos necessários no sistema elétrico, de forma a garantir a qualidade do serviço.

iii) Dívida Líquida/Ebitda QRR: Mensura o risco e a capacidade financeira de pagar nossas dívidas, isto é, honrar obrigações assumidas (despesas, investimentos mínimos, dívida e demais passivos). Avalia se a geração de caixa é suficiente para cobrir os gastos com PMSO, investir no sistema de distribuição e cobrir o custo da dívida.

A manutenção da concessão está associada à sustentabilidade econômico-financeira da Celesc Distribuição. Para medir essa capacidade, a ANEEL estipulou metas específicas, que serão medidas a partir de 2017.

Em 2017 o Ebitda deve ser maior ou igual a 0 (zero) e em 2018 Ebitda QRR maior ou igual a 0 (zero). Em relação a Dívida Líquida/Ebitda QRR o indicador estipulado pela ANEEL em 2019 deve ser menor ou igual a 9,71 (nove vírgula setenta e um) e em 2020 menor ou igual a 7 (sete).

### **b) Geração de Energia**

A Companhia possui também concessão para prestação do serviço de geração, em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência, tendo em 05 de janeiro de 2016, assinado o Contrato de Concessão nº 06/2016 da Usina Garcia e o Contrato de Concessão nº 07/2016 das Usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, de propriedade da Celesc G, que não tiveram a prorrogação antecipada de suas concessões, com vigência de 30 anos.

#### 4.5.4. Análise de Sensibilidade Adicional Requerida pela CVM

Apresenta-se a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos de taxas de juros que podem gerar efeitos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 30 de junho de 2017:

Premissas	Efeitos das Contas sobre o Resultado	Saldo	(Cenário I)	(Cenário II)	Consolidado (Cenário III)
<b>CDI<sup>1</sup> (%)</b>			<b>8,9%</b>	<b>11,13%</b>	<b>13,35%</b>
	Aplicações Financeiras	1.083.116	96.397	120.551	144.596
	Empréstimos	(149.544)	(13.309)	(16.644)	(19.964)
	Debêntures	(351.301)	(31.266)	(39.100)	(46.899)
<b>SELIC</b>			<b>8,75%</b>	<b>10,94%</b>	<b>13,13%</b>
	Ativo Financeiro – Parcela A – CVA	(298.179)	(26.091)	(32.621)	(39.151)
<b>IPCA<sup>2</sup> (%)</b>			<b>2,99%</b>	<b>3,74%</b>	<b>4,49%</b>
	Ativo Indenizatório (Concessão) em Serviço (Nota 12)	150.958	4.514	5.646	6.778
	Bonificação de Outorga	265.449	7.937	9.928	11.919
	Reserva Matemática a amortizar	(480.668)	(14.372)	(17.977)	(21.582)

#### 4.6. Gestão de Capital

Os objetivos ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

<sup>1</sup> Curva de juros futuros – BM&F DI 1 FUT Z17 com vencimento em 01/12/2017 – (fechamento 10/07/2017)

<sup>2</sup> IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo



A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo) e debêntures, subtraído do montante de Caixa e Equivalentes de Caixa. O capital total é apurado por meio da soma do Patrimônio Líquido com a dívida líquida.

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2017	31 de dezembro 2016
Total dos Empréstimos	231.680	333.031
Debêntures	351.301	454.760
Menos: Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.115.042)	(917.464)
Dívida Líquida	(532.061)	(129.673)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>2.068.933</b>	<b>2.075.843</b>
<b>Total do Capital</b>	<b>1.536.872</b>	<b>1.946.170</b>
Índice de Alavancagem Financeira (%)	-34,62%	-6,66%

#### 4.7. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das Contas a Receber de Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por *impairment*, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos Passivos Financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no Balanço Patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).

Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, ou seja, como preços ou indiretamente, ou seja, derivados dos preços (Nível 2).

Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 30 de junho de 2017. A Companhia não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.



Descrição – Nível 1	Consolidado	
	30 de junho 2017	31 de dezembro 2016
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>		
Caixa e Equivalentes	1.115.042	917.464
<b>Descrição – Nível 3</b>		
<b>Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado</b>		
Ações	137.261	137.261
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>		
Ativo Financeiro Bonificação de Outorga	265.449	261.816
<b>Ativos Financeiros Disponíveis para Venda</b>		
Ativo Indenizatório (Concessão)	331.824	349.041
Outros	217	217
<b>Total do Ativo</b>	<b>734.751</b>	<b>748.335</b>

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes (vide notas explicativas 8.1 e 12).

## 5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 30 de junho de 2017.

Descrição	Nível	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível para Venda	Outros Passivos Financeiros	Consolidado
						Total
<b>Ativo</b>						
Caixa e Equivalentes	1	-	1.115.042	-	-	1.115.042
Ações	3	137.261	-	-	-	137.261
Ativo Indenizatório (Concessão)	3	-	-	331.824	-	331.824
Contas a Receber de Clientes		-	1.823.913	-	-	1.823.913
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) (NE 10)		-	1.501.381	-	-	1.501.381
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	3	-	265.449	-	-	265.449
Outros	3	-	-	217	-	217
		<b>137.261</b>	<b>4.705.785</b>	<b>332.041</b>	<b>-</b>	<b>5.175.087</b>
<b>Passivo</b>						
Fornecedores		-	-	-	619.728	619.728
Empréstimos		-	-	-	275.046	275.046
Debêntures		-	-	-	351.301	351.301
Reserva Matemática a Amortizar		-	-	-	480.668	480.668
Passivo Financeiro – Parcela “A” – CVA		-	298.179	-	-	298.179
		<b>-</b>	<b>298.179</b>	<b>-</b>	<b>1.726.743</b>	<b>2.024.922</b>



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2016.

						Consolidado (Reapresentado)
Descrição	Nível	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível para Venda	Outros Passivos Financeiros	Total
<b>Ativo</b>						
Caixa e Equivalentes	1	-	917.464	-	-	917.464
Ações	3	137.261	-	-	-	137.261
Ativo Indenizatório (Concessão)	3	-	-	346.620	-	346.620
Contas a Receber de Clientes		-	1.830.019	-	-	1.830.019
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) (NE 10)		-	1.229.741	-	-	1.229.741
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	3	-	261.816	-	-	261.816
Outros	3	-	-	217	-	217
		<b>137.261</b>	<b>4.239.040</b>	<b>346.837</b>	<b>-</b>	<b>4.723.138</b>
<b>Passivo</b>						
Fornecedores		-	-	-	625.100	625.100
Empréstimos		-	-	-	333.031	333.031
Debêntures		-	-	-	454.760	454.760
Reserva Matemática a Amortizar		-	-	-	496.950	496.950
Passivo Financeiro – Parcela “A” – CVA		-	150.019	-	-	150.019
		<b>-</b>	<b>150.019</b>	<b>-</b>	<b>1.909.841</b>	<b>2.116.176</b>

## 6. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações interna de cessão de limites de crédito:

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2017	31 de dezembro 2016
Contas a Receber de Clientes		
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	969.727	976.266
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 01 e 90 dias	203.403	225.187
Grupo 3 – Clientes com média de atraso superior a 90 dias	650.783	628.566
	<b>1.823.913</b>	<b>1.830.019</b>

Todos os demais ativos financeiros que a Companhia mantém, principalmente, contas correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas

## 7. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.



Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2017	31 de dezembro 2016	30 de junho 2017	31 de dezembro 2016
Recursos em Banco e em Caixa	94	38	31.926	68.797
Aplicações Financeiras	14.853	17.948	1.083.116	848.667
	<b>14.947</b>	<b>17.986</b>	<b>1.115.042</b>	<b>917.464</b>

As Aplicações Financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a Operações Compromissadas e Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados em média pela taxa de 100% da variação do CDI.

## 8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os ativos não circulantes a valor justo por meio de resultado são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo e não são depreciados ou amortizados.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2017	31 de dezembro 2016	30 de junho 2017	31 de dezembro 2016
<b>Valor Justo por Meio de Resultado</b>				
Ações Casan <sup>3</sup>	137.261	137.261	137.261	137.261
<b>Disponível para Venda</b>				
Outros Investimentos	217	217	217	217
<b>Não Circulante</b>	<b>137.478</b>	<b>137.478</b>	<b>137.478</b>	<b>137.478</b>

### 8.1. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

A Companhia possui 55.364.810 Ações Ordinárias – ON, e 55.363.250 Ações Preferenciais – PN, representando 15,48% do Capital Social da Casan. Por não possuir influência significativa na Casan a Companhia mensurou o valor justo de sua participação acionária.

Tendo em vista a Casan não possuir liquidez em suas ações negociadas em bolsa de valores, a Celesc decidiu estabelecer por meio de bases consistentes e aceitas pelo mercado, um novo critério de avaliação do referido investimento, adotando o método do fluxo de caixa descontado.

Desta forma, a Companhia determinou o valor justo da Casan com base nas informações econômico-financeiras da Casan. O custo histórico de aquisição das ações da Casan é de R\$110.716.

<sup>3</sup> Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan



Em 2014 foi apurado o valor justo de R\$137.261. Em 2016, após nova avaliação, a Companhia entende que o valor justo da Casan deverá permanecer o valor de R\$137.261, haja vista, que baseado nas premissas utilizadas para os anos subsequentes, o valor apurado para o respectivo ano está próximo do valor apurado em 2014. A taxa de desconto utilizada em 31 de dezembro de 2016 foi de 8,74% em termos reais para fins de mensuração de fluxo de caixa descontado.

## 9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

### a) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Descrição	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Consolidado	
				30 de junho 2017	31 de dezembro 2016
<b>Consumidores</b>					
Residencial	322.428	107.376	90.074	519.878	488.815
Industrial	187.350	35.378	383.614	606.342	645.025
Comércio, Serviços e Outros	196.687	35.625	87.307	319.619	324.819
Rural	59.124	9.672	14.899	83.695	83.203
Poder Público	56.321	850	11.877	69.048	72.234
Iluminação Pública	26.192	244	15.255	41.691	43.033
Serviço Público	21.843	123	1.413	23.379	23.003
	<b>869.945</b>	<b>189.268</b>	<b>604.439</b>	<b>1.663.652</b>	<b>1.680.132</b>
<b>Suprimento a Outras Concessionárias</b>					
Concessionárias e Permissionárias	85.460	11.401	11.437	108.298	85.804
Transações no Âmbito da CCEE	14.322	-	12.440	26.762	34.254
Outros Créditos	-	2.734	22.467	25.201	29.829
	<b>99.782</b>	<b>14.135</b>	<b>46.344</b>	<b>160.261</b>	<b>149.887</b>
	<b>969.727</b>	<b>203.403</b>	<b>650.783</b>	<b>1.823.913</b>	<b>1.830.019</b>
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com Clientes (b)				(556.759)	(528.417)
				<b>1.267.154</b>	<b>1.301.602</b>
<b>Circulante</b>				<b>1.233.311</b>	<b>1.270.105</b>
<b>Não Circulante</b>				<b>33.843</b>	<b>31.497</b>

Com a promulgação das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003 e 10.865, de 30 de abril de 2004 houve alteração na sistemática de apuração dos tributos referentes ao Programa de Integração Social – PIS, Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP e a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, pois estas leis deram um novo tratamento a estes tributos, eliminando a cumulatividade em cada etapa da cadeia produtiva.

A partir desta alteração o custo efetivo do recolhimento dos tributos passa a ser variável, não havendo assim forma de antever o valor exato que será despendido pelas concessionárias para esta obrigação, pois o valor dos créditos apurados é determinante para calcular a alíquota efetiva do PIS/PASEP e da COFINS, pois cada empresa possui uma estrutura de custos e despesas próprias, mesmo estando em igual setor econômico.



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Os estudos dos procedimentos de apuração da alíquota efetiva indicaram que devem ser incluídas na base de cálculo da alíquota efetiva as receitas de Doações e Subvenções e Realização do Resultado Tributário – IN RFB 1.515, de 24 de novembro de 2015.

A análise elaborada destaca que a conta de receita de Subvenções e Doações agrupa as receitas derivadas de doações, contribuições e subvenções não destinadas a investimentos, que são repassadas à concessionária por meio da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, compensando assim descontos que são dados para algumas categorias de consumidores, desta forma estariam relacionadas diretamente a prestação de serviço de distribuição de energia elétrica.

A Companhia contratou em 2015 parecer técnico da Ganin Advogados Associados que ratificou os entendimentos da inclusão das Receitas de Subvenções e Doações na composição da base de cálculo da alíquota efetiva do PIS/PASEP e COFINS, bem como realizar a cobrança retroativa de todos os consumidores.

A diferença apurada pela Celesc D do PIS/PASEP e da COFINS nos anos de 2013 a 2015 foi de R\$63,8 milhões. Este total foi faturado em 12 (doze) parcelas pela Celesc D de seus consumidores a partir de abril de 2016 até junho de 2017.

#### b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com Clientes

A composição, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2017	31 de dezembro 2016
<b>Consumidores</b>		
Residencial	90.066	84.941
Industrial	196.866	177.639
Têxtil (i)	136.128	136.128
Comércio, Serviços e Outras	81.826	78.163
Rural	6.368	5.893
Poder Público	13.084	12.677
Iluminação Pública	14.059	16.600
Serviço Público	1.279	1.186
Concessionárias e Permissionárias (ii)	13.605	11.712
Outros	3.478	3.478
<b>Total</b>	<b>556.759</b>	<b>528.417</b>
<b>Circulante</b>	<b>420.631</b>	<b>392.289</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>136.128</b>	<b>136.128</b>

#### (i) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com o Setor Têxtil

No ano de 2009 a Celesc D efetuou um plano de ação de recuperação de débitos para empresas do ramo têxtil entre elas Buettner S.A., Companhia Industrial Schlösser S.A., Tecelagem Kuehnrich – TEKA e Têxtil RenauxView S.A..



Em 2011, a Buettner S.A. entrou em recuperação judicial e com base na probabilidade de recuperação desses valores ser remota, a Celesc D provisionou o montante de R\$18.231.

Ainda em 2011, a Companhia Industrial Schlösser S.A. também entrou em recuperação judicial sendo provisionado em 2012 o montante de R\$16.888.

Ainda em 2012, a TEKA deu entrada em um pedido de recuperação judicial perante a Comarca de Blumenau, Santa Catarina. Tendo em vista o plano de recuperação ainda não ter sido aprovado e a probabilidade de recebimento do referido valor ser remota na avaliação da Administração, a Celesc D constituiu provisão da totalidade do parcelamento que a TEKA possui com a Empresa no montante de R\$55.794.

Em relação à Companhia Têxtil RenauxView S.A., a administração da Celesc D, considerando a inadimplência da dívida referente ao contrato de parcelamento, e em virtude da remota possibilidade de recebimento constituiu provisão da totalidade do valor a receber no montante de R\$45.215 em 2013.

## (ii) Decisão Judicial do Fator de Ajuste da Garantia Física – GSF

Os valores referentes aos ajustes das medidas liminares acerca do GSF nos relatórios dos resultados da contabilização do mercado de curto prazo emitido pela CCEE, referentes à Celesc G são no importe de R\$12.439 mil até junho de 2017. A Celesc G constituiu PECLD neste valor acima citado considerando que não há certeza acerca do recebimento pela liquidação no mercado de curto prazo face a controvérsia e a incerteza do deslinde do processo judicial.

### b.1) Movimentação

Descrição	Consolidado
	Montante
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>476.628</b>
Provisão Constituída no Exercício	78.970
Baixas de Contas a Receber	(27.181)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>528.417</b>
Provisão Constituída no Período	32.767
Baixas de Contas a Receber	(4.425)
<b>Saldo em 30 de junho de 2017</b>	<b>556.759</b>

## 10. ATIVOS FINANCEIROS E OUTROS ATIVOS – CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Outros Créditos a Receber - Circulante	Consolidado	
	30 de junho 2017	31 de dezembro 2016
Dividendos	23.158	7.959
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013) (i)	1.501.381	1.229.741
Pessoal a Disposição	7.305	4.280
Adiantamento Proinfa	13.484	13.484
Adiantamentos Diversos	3.117	3.087
PIS/COFINS/ICMS Substituição Tributária	63.128	51.626
Compartilhamento de Infraestrutura	3.555	11.808
Conta Bandeiras	20.983	7.911
Programa Baixa Renda	54.492	45.005
Ativos Financeiros – Bonificação de Outorga (Nota 11.2)	29.665	28.242
Outras Contas	62.794	43.060
<b>Total Circulante</b>	<b>1.783.062</b>	<b>1.446.203</b>
<b>Outros Créditos a Receber – Não Circulante</b>		
Ativos Financeiros – Bonificação de Outorga (Nota 11.2)	235.784	233.574
Outras contas	3.350	5.317
<b>Total Não Circulante</b>	<b>239.134</b>	<b>238.891</b>
<b>Total</b>	<b>2.022.196</b>	<b>1.685.094</b>

(i) Em 16 de agosto de 2016, por meio da Resolução Homologatória nº 2.120/2016, a ANEEL homologou o novo valor mensal de R\$43.701, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, com vigência de agosto de 2016 a julho de 2017 (Vide Nota 23).

## 11. ATIVO/PASSIVO FINANCEIRO

### 11.1. Parcela A – CVA

Ativos Financeiros Setoriais	31 de dezembro 2016 (Reapresentado)	Adição	Amortização	Remuneração	30 de junho 2017	Amortização	Valores em Constituição	Consolidado	
								Circulante	Não Circulante
<b>CVA Ativa</b>	<b>145.599</b>	<b>71.130</b>	<b>(37.422)</b>	<b>2.865</b>	<b>182.172</b>	<b>10.810</b>	<b>171.362</b>	<b>153.612</b>	<b>28.560</b>
Energia	90.135	63.871	(5.868)	2.163	150.301	1.695	148.606	125.533	24.768
Proinfa	22.208	-	(17.230)	-	4.978	4.978	-	4.978	-
Transporte Rede Básica	30.215	6.402	(12.981)	635	24.271	3.749	20.522	20.851	3.420
Transporte de Energia	3.041	857	(1.343)	67	2.622	388	2.234	2.250	372
<b>Demais Ativos Financeiros Setoriais</b>	<b>122.319</b>	<b>(1.131)</b>	<b>(40.937)</b>	<b>5.692</b>	<b>85.943</b>	<b>11.827</b>	<b>74.116</b>	<b>73.590</b>	<b>12.353</b>
Neutralidade da Parcela A	121.714	(1.131)	(40.468)	5.692	85.807	11.691	74.116	73.454	12.353
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	605	-	(469)	-	136	136	-	136	-
<b>Total Ativos Financeiros Setoriais</b>	<b>267.918</b>	<b>69.999</b>	<b>(78.359)</b>	<b>8.557</b>	<b>268.115</b>	<b>22.637</b>	<b>245.478</b>	<b>227.202</b>	<b>40.913</b>



Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	31 de dezembro 2016 (Reapresentado)	Adição	Amortização	Remuneração	30 de junho 2017	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	(359.006)	(225.090)	95.866	7.436	(480.794)	(27.694)	(453.100)	(405.278)	(75.516)
Proinfa	-	(9.641)	-	(301)	(9.942)	-	(9.942)	(8.285)	(1.657)
Encargos do Sistema de Serviço – ESS	(203.316)	(117.550)	68.132	(7.826)	(260.560)	(19.682)	(240.878)	(220.414)	(40.146)
CDE	(155.690)	(97.899)	27.734	15.563	(210.292)	(8.012)	(202.280)	(176.579)	(33.713)
<b>Demais Passivos Financeiros Setoriais</b>	<b>(58.931)</b>	<b>(23.606)</b>	<b>-</b>	<b>(2.963)</b>	<b>(85.500)</b>	<b>-</b>	<b>(85.500)</b>	<b>(31.300)</b>	<b>(54.200)</b>
Sobrecontratação de Energia	(19.662)	-	-	(2.161)	(21.823)	-	(21.823)	(18.185)	(3.638)
Devoluções Tarifárias	(39.269)	(23.606)	-	(802)	(63.677)	-	(63.677)	(13.115)	(50.562)
<b>Total Passivos Financeiros Setoriais</b>	<b>(417.937)</b>	<b>(248.696)</b>	<b>95.866</b>	<b>4.473</b>	<b>(566.294)</b>	<b>(27.694)</b>	<b>(538.600)</b>	<b>(436.578)</b>	<b>(129.716)</b>
<b>Total Ativos (Passivos) Financeiros Setoriais</b>	<b>(150.019)</b>	<b>(178.697)</b>	<b>17.507</b>	<b>13.030</b>	<b>(298.179)</b>	<b>(5.057)</b>	<b>(293.122)</b>	<b>(209.376)</b>	<b>(88.803)</b>

Consolidado		
Descrição	30 de junho 2017	31 de dezembro 2016 (Reapresentado)
CVA 2016 – Período de 23.08.2015 a 22.08.2016	(16.884)	(75.328)
CVA 2017 – Período de 23.08.2016 a 22.08.2017	(281.738)	(138.079)
<b>Total da Parcela A – CVA</b>	<b>(298.622)</b>	<b>(213.407)</b>
Outros Itens – Período de 23.08.2015 a 22.08.2016	11.827	52.765
Outros Itens – Período de 23.08.2016 a 22.08.2017	(11.384)	10.623
<b>Total Outros Itens – CVA</b>	<b>443</b>	<b>63.388</b>
<b>Total</b>	<b>(298.179)</b>	<b>(150.019)</b>

O Ativo/Passivo Financeiro, incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – CVA, destina-se à contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 25 e nº 116, de 24 de janeiro de 2002 e 04 de abril de 2003 respectivamente, e disposições complementares da ANEEL. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros utilizada pelo Selic.

A ANEEL por meio do Despacho nº 2.078, de 02 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial da União – DOU, em 08 de agosto de 2016, reconheceu o recurso da Celesc D interposto em face do Despacho nº 2.642, de 2015, para, no mérito, dar parcial provimento, de modo a: a) considerar mais 2MW médios como exposição involuntária relativa a cessação de atividades e retorno ao mercado cativo de consumidores especiais e b) considerar mais 15,818MW médios como exposição involuntária em razão do





Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

reconhecimento de erro material no preenchimento da declaração de necessidades de energia para o Leilão A-1 de 2013.

Sendo assim a Celesc D reconheceu no resultado de junho de 2016 o valor de R\$256.601, sendo R\$225.029 como redutora da Receita Operacional Bruta e R\$31.572 como Despesa Financeira, tendo como contrapartida a conta patrimonial Passivo Financeiro (Circulante), proveniente da diferença apurada pelo órgão regulador.

A Celesc D está adotando todas as medidas administrativas e judiciais necessárias com a finalidade de preservar os interesses da companhia, quanto ao reconhecimento do caráter involuntário dos 35,02MW médios não atendidos no recurso apresentado à ANEEL.

A Companhia, objetivando preservar seus direitos, ingressou com Demanda Judicial junto a Justiça Federal do Distrito Federal, com pedido liminar para que a decisão do órgão regulador constante do Despacho nº 2.078/16 seja revista. Diante do pedido da Companhia, a juíza da 6ª Vara da Justiça Federal, deferiu o pedido de tutela de urgência, cautelarmente, para determinar a suspensão, até ulterior determinação do Juízo, do impacto financeiro da ordem de R\$256,6 milhões, a ser aplicado pela ANEEL no processo de revisão tarifária da Celesc D decorrente da exposição desta no ano de 2014. Com base nessa decisão, os impactos decorrentes da Subcontratação de 2014 não foram incluídos na deliberação da Diretoria da ANEEL quanto a revisão tarifária ocorrida em agosto de 2016.

A Celesc D reconheceu ainda em dezembro de 2016, o montante de R\$19,7 milhões, como redutora da Receita Operacional Bruta tendo como contrapartida a conta patrimonial Passivo Financeiro (Circulante e Não Circulante). O valor refere-se à sobras Involuntárias sinalizadas pela ANEEL na Nota Técnica nº 93/2016-SRM/ANEEL de 21 de março de 2016 e correspondem à 84,969 MW médios que elevaram o patamar de contratação de energia da Companhia para 105,91% fazendo com que o limite regulatório de 105% fosse ultrapassado em 0,91%.

Recentemente, após apreciação da manifestação da ANEEL nos autos da Ação Judicial, a juíza titular do processo, proferiu nova decisão mantendo a liminar deferida, motivando nova apreciação, ainda em curso, junto ao escritório que patrocina a causa, relativamente a contingência registrada.

Em junho de 2017 a Celesc D reclassificou o valor de R\$256.601 do Passivo Financeiro (Circulante) para Provisão de Contingência Regulatória, reapresentando os valores correspondentes conforme mencionado na Nota 3.1.1, por considerar que como se trata de medida judicial ajuizada em 10 de agosto de 2016 e o tema está em discussão na esfera judicial, interposto pela Ação Judicial nº 48053-70.2016.4.01.3400, possui natureza de contingenciamento judicial com grau de risco provável.

## **11.2. Bonificação de Outorga**

O valor pago pela Bonificação de Outorga – BO de R\$228,6 milhões foi pago em duas parcelas. A 1ª parcela da Bonificação da Outorga da Celesc G foi quitada em 04 de janeiro



de 2016 no valor de R\$148,6 milhões correspondendo a 65% do total, ficando o débito da 2ª parcela de R\$80,0 milhões correspondendo a 35%. O montante atualizado pela taxa Selic registrado como “Outros Passivos Circulantes” no valor de R\$85,4 milhões, foi pago em 01 de julho de 2016.

A Receita Anual de Geração – RAG será reajustada anualmente pela ANEEL pelo IPCA, a partir 1º de julho de 2017. Dessa forma, o ativo financeiro está sendo atualizado mensalmente pelo índice estabelecido no contrato.

O saldo do ativo financeiro para cada uma das usinas é calculado:

- Deduzindo-se o valor mensal recebido de RBO, estabelecido pela Resolução Homologatória ANEEL 2.014/2016;
- Somando-se os juros mensais calculados com base na taxa de juros efetiva (TIR);
- Somando-se a atualização monetária pelo IPCA, estabelecido pelo contrato de concessão.

Descrição						Consolidado
	Usina Garcia	Usina Bracinho	Usina Cedros	Usina Salto	Usina Palmeiras	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	38.146	54.580	41.737	25.026	102.327	261.816
Atualização Monetária	436	624	477	285	1.174	2.996
Juros	2.279	3.306	2.444	1.700	5.386	15.115
Amortização/Baixa	(2.183)	(3.146)	(2.334)	(1.601)	(5.214)	(14.478)
<b>Em 30 de junho de 2017</b>	<b>38.678</b>	<b>55.364</b>	<b>42.324</b>	<b>25.410</b>	<b>103.673</b>	<b>265.449</b>
					<b>Circulante</b>	<b>29.665</b>
					<b>Não Circulante</b>	<b>235.784</b>

## 12. ATIVO INDENIZATÓRIO – CONCESSÃO

Em função da prorrogação do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999, a Celesc D bifurcou seus bens vinculados à concessão em ativo intangível e ativo indenizável.

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2017	31 de dezembro 2016
<b>Ativo de Concessão – Distribuição de Energia (a)</b>	<b>329.403</b>	<b>346.620</b>
Em Serviço	150.958	145.731
Em Curso	178.445	200.889
<b>Ativo de Concessão – Geração de Energia (b)</b>	<b>2.421</b>	<b>2.421</b>
Ativo Indenizatório	2.421	2.421
<b>Total Não Circulante</b>	<b>331.824</b>	<b>349.041</b>

### a) Ativo de Concessão – Distribuição de Energia

	Consolidado
Descrição	
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>346.620</b>
(+) Novas Aplicações	4.768
(+) Variação do Ativo Imobilizado em Curso - AIC	(22.445)
(+) Ajuste VNR (i)	928
(-) Resgate	(468)
<b>Em 30 de junho de 2017</b>	<b>329.403</b>

(i) A Companhia reconheceu até junho de 2017, o montante de R\$928, referente à atualização do ativo financeiro de concessão de distribuição de energia elétrica pelo Valor Novo de Reposição – VNR.

A Celesc D atualiza sua Base de Remuneração Regulatória – BRR, a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica, pelo IPCA em atendimento ao Procedimento de Regulação Tarifária – PRORET, Submódulo 2.3.

#### **b) Ativo de Concessão – Geração de Energia**

A Celesc G requereu ao poder concedente ao final das concessões das usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, a título de indenização, conforme critérios e procedimentos para cálculo estabelecidos pela Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, os investimentos efetuados em infraestrutura e não depreciados no período de concessão, por possuir direito incondicional de ser indenizada, conforme previsto em contrato.

	Consolidado	
Investimentos em Usinas	30 de junho de 2017	31 de dezembro de 2016
PCH Bracinho	85	85
PCH Cedros	195	195
PCH Salto	1.906	1.906
PCH Palmeiras	235	235
<b>Total</b>	<b>2.421</b>	<b>2.421</b>



### 13. TRIBUTOS A RECUPERAR OU COMPENSAR

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2017	31 de dezembro 2016	30 de junho 2017	31 de dezembro 2016
ICMS <sup>4</sup>	-	-	38.026	39.481
PIS e COFINS <sup>5</sup>	-	-	23.371	21.223
IRPJ e CSLL <sup>6</sup>	1.621	-	52.955	59.475
Outros	482	2.813	20.745	19.567
<b>Total</b>	<b>2.103</b>	<b>2.813</b>	<b>135.097</b>	<b>139.746</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.103</b>	<b>2.813</b>	<b>110.380</b>	<b>121.761</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>24.717</b>	<b>17.985</b>

Os saldos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL é composto substancialmente por valores pagos antecipadamente e por reduções na fonte por imposto de renda sobre aplicações financeiras e serão realizados no curso normal das operações.

Os créditos de ICMS a recuperar registrados no Ativo Não Circulante são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

O saldo de PIS e COFINS é composto por retenções efetuadas em conformidade com a Lei nº 10.833/2003 e Lei nº 10.637/2002, tendo em sua composição principalmente pagamentos a maior relativos a pedido de liminar deferida pela Justiça Federal referente ao processo de reconhecimento de exposição involuntária pelo órgão regulador. (Nota 11.1)

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL são compostos substancialmente por valores pagos antecipadamente e por reduções na fonte de imposto de renda.

Os valores classificados como Outros tem em sua principal composição IRRF sobre as aplicações financeiras serão realizados no curso normal das operações.

<sup>4</sup> Impostos sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS

<sup>5</sup> Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

<sup>6</sup> Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL



## 14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### a) Saldos e Transações

Os saldos contabilizados em partes relacionadas no ativo não circulante são:

Descrição	Controladora Outros Créditos de Partes Relacionadas
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	
Governo do Estado de SC	
<i>Rede Subterrânea (i)</i>	5.984
	<b>5.984</b>
<b>Em 30 de junho de 2017</b>	
Governo do Estado de SC	
<i>Rede Subterrânea (i)</i>	6.134
	<b>6.134</b>

Descrição	Tributos a Recolher	Tributos a Compensar	Contas Receber por Vendas	Outros Créditos de Partes Relacionadas	Consolidado Outros Passivos de Partes Relacionadas
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>					
Governo do Estado de SC					
<i>ICMS</i>	107.032	39.481	-	-	-
<i>Contas a Receber</i>	-	-	7.073	-	-
<i>Rede Subterrânea (i)</i>	-	-	-	5.984	-
Rondinha Energética S.A.	-	-	-	488	-
Celos	-	-	-	-	17.016
	<b>107.032</b>	<b>39.481</b>	<b>7.073</b>	<b>6.472</b>	<b>17.016</b>
<b>Em 30 de junho de 2017</b>					
Governo do Estado de SC					
<i>ICMS</i>	121.464	38.026			
<i>Contas a Receber</i>			6.598		
<i>Rede Subterrânea (i)</i>				6.134	
Rondinha Energética S.A.				488	11.024
Celos					
	<b>121.464</b>	<b>38.026</b>	<b>6.598</b>	<b>6.622</b>	<b>11.024</b>

A movimentação no resultado do exercício:

Descrição	Controladora
	Receitas Financeiras
<b>Em 31 de junho de 2016</b>	
Governo do Estado de SC	
Rede Subterrânea (i)	235
	<b>235</b>
<b>Em 30 de junho de 2017</b>	
Governo do Estado de SC	
Rede Subterrânea (i)	150
	<b>150</b>

Descrição	Tributos/ Deduções da Receita	Receita de Vendas	Consolidado
			Receitas Financeiras
<b>Em 30 de junho de 2016</b>			
Governo do Estado de SC			
ICMS	1.100.435	-	-
Receita de Vendas	-	40.863	-
Rede Subterrânea (i)	-	-	235
	<b>1.100.435</b>	<b>40.863</b>	<b>235</b>
<b>Em 30 de junho de 2017</b>			
Governo do Estado de SC			
ICMS	962.588	-	-
Receita de Vendas	-	38.286	-
Rede Subterrânea (i)	-	-	150
	<b>962.588</b>	<b>38.286</b>	<b>150</b>

### (i) Rede Subterrânea

Em 1995, a Companhia firmou Convênio nº 007/95, Termo de Cooperação Técnica, com o Governo do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura de Florianópolis para implantação de rede subterrânea de energia elétrica no centro de Florianópolis.

A Companhia recebeu do Acionista, Governo do Estado de Santa Catarina, o Ofício GAB/GOV nº 67/2016, datado de 23 de junho de 2016, autorizando a efetuar a retenção dos proventos (dividendos do exercício de 2015), a serem recebidos pelo acionista para abatimento do débito e, autoriza ainda, a deduzir o saldo remanescente em exercícios subsequentes até a extinção do referido débito.

Em 30 de junho de 2017 o valor atualizado monetariamente é de R\$6.134.

### b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

A remuneração dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF e Diretoria Executiva) está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2017	30 de junho 2016	30 de junho 2017	30 de junho 2016
<b>Administradores</b>				
Honorários	2.565	2.348	2.565	2.348
Participação nos Lucros e/ou Resultados	1.577	-	1.577	-
Encargos Sociais	694	633	694	633
Outros	90	64	90	64
	<b>4.926</b>	<b>3.045</b>	<b>4.926</b>	<b>3.045</b>

**15. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2017	31 de dezembro 2016	30 de junho 2017	31 de dezembro 2016
<b>Controladas</b>				
Celesc D	1.300.406	1.311.796	-	-
Celesc G	411.234	389.742	-	-
	<b>1.711.640</b>	<b>1.701.538</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Controladas em Conjunto</b>				
SCGÁS	92.390	97.117	92.390	97.117
	<b>92.390</b>	<b>97.117</b>	<b>92.390</b>	<b>97.117</b>
<b>Coligadas</b>				
ECTE	44.819	52.860	44.819	52.860
DFESA	30.749	32.766	30.749	32.766
SPEs <sup>7</sup>	-	-	46.495	44.811
Cubatão	3.353	3.353	3.353	3.353
(-) Provisão para Perda em Investimento	(3.353)	(3.353)	(3.353)	(3.353)
	<b>75.568</b>	<b>85.626</b>	<b>122.063</b>	<b>130.437</b>
	<b>1.879.598</b>	<b>1.884.281</b>	<b>214.453</b>	<b>227.554</b>

**a) Informações sobre Investimentos**

						Controladora
Descrição	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Lucro(Prejuízo) Líquido do Exercício
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante			
Em 31 de dezembro de 2016						
Celesc D	630.000	100%	100%	1.311.796	7.722.620	(52.530)
Celesc G	43.209	100%	100%	389.742	569.616	23.143
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	171.153	416.260	42.328
SCGÁS	1.827	17%	51%	335.933	510.385	116.171
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	142.276	151.563	34.312
Cubatão	1.600	40%	40%	1.601	5.739	(90)
Em 30 de junho de 2017						
Celesc D	630.000	100%	100%	1.300.406	6.730.636	(11.390)
Celesc G	43.209	100%	100%	411.234	598.701	22.685
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	145.115	422.560	18.879
SCGÁS	1.827	17%	51%	312.449	448.779	(23.484)
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	133.515	142.345	18.562
Cubatão	1.600	40%	40%	1.601	5.739	(90)

<sup>7</sup> Sociedade de Propósito Específico.



Descrição	Consolidado				
	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos
		Capital Social	Capital Votante		
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>					
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	171.153	416.260
SCGÁS	1.827	17%	51%	335.933	510.385
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	142.276	151.563
Cubatão	1.600	40%	40%	1.601	5.739
Rondinha Energética S.A.	12.838	32,5%	32,5%	35.590	58.921
Painel Energética S.A.	4.745	32,5%	32,5%	5.561	5.561
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30 %	30%	6.056	6.469
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035	26,07%	26,07%	37.330	58.833
Xavantina Energética S.A.	216	40%	40%	23.826	43.466
Garça Branca Energética S.A.	9.503	49%	49%	16.232	46.175
<b>Em 30 de junho de 2017</b>					
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	145.115	422.560
SCGÁS	1.827	17%	51%	312.449	448.779
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	133.515	142.345
Cubatão	1.600	40%	40%	1.601	5.739
Rondinha Energética S.A.	12.838	32,5%	32,5%	34.830	57.148
Painel Energética S.A.	4.745	32,5%	32,5%	5.611	5.611
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30 %	30%	6.111	6.524
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035	26,07%	26,07%	38.859	58.408
Xavantina Energética S.A.	216	40%	40%	23.350	42.203
Garça Branca Energética S.A.	9.503	49%	49%	15.980	49.083

## b) Movimentação dos Investimentos

Descrição	Controladora					
	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS	DFESA	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>1.501.051</b>	<b>372.169</b>	<b>45.486</b>	<b>84.005</b>	<b>32.234</b>	<b>2.034.945</b>
Dividendos e JCP Creditados	(3.864)	(7.570)	(5.699)	(5.168)	(7.370)	(29.671)
Amortização Ágio	-	-	-	(1.469)	-	(1.469)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(52.530)	25.143	13.073	19.749	7.902	13.337
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	(132.861)	-	-	-	-	(132.861)
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.311.796</b>	<b>389.742</b>	<b>52.860</b>	<b>97.117</b>	<b>32.766</b>	<b>1.884.281</b>
Dividendos e JCP Creditados	-	(1.193)	(13.873)	-	(6.292)	(21.358)
Amortização Ágio	-	-	-	(734)	-	(734)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(11.390)	22.685	5.832	(3.993)	4.275	17.409
<b>Em 30 de junho de 2017</b>	<b>1.300.406</b>	<b>411.234</b>	<b>44.819</b>	<b>92.390</b>	<b>30.749</b>	<b>1.870.474</b>





Descrição	Consolidado				
	ECTE	SCGÁS	DFESA	SPEs	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>45.486</b>	<b>84.005</b>	<b>32.234</b>	<b>39.924</b>	<b>201.649</b>
Integralizações	-	-	-	5.103	5.103
Dividendos e JCP Creditados	(5.699)	(5.168)	(7.370)	(250)	(18.487)
Amortização Ágio	-	(1.469)	-	-	(1.469)
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.832	19.749	7.902	(301)	40.423
Aumento de Capital Social	-	-	-	395	395
Outros Ajustes	-	-	-	(60)	(60)
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>52.860</b>	<b>97.117</b>	<b>32.766</b>	<b>44.811</b>	<b>227.554</b>
Integralizações	-	-	-	2.667	2.667
Dividendos e JCP Creditados	(13.873)	-	(6.292)	(339)	(20.504)
Amortização Ágio	-	(734)	-	-	(734)
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.832	(3.993)	4.275	(644)	5.470
<b>Em 30 de junho de 2017</b>	<b>44.819</b>	<b>92.390</b>	<b>30.749</b>	<b>46.495</b>	<b>214.453</b>

O saldo do ágio gerado na aquisição da SCGÁS em junho de 2017 é de R\$39.274 (R\$40.008 em 31 de dezembro de 2016). O ágio é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida Empresa.

## 16. IMOBILIZADO

### a) Composição do Saldo

							Consolidado
Descrição	Terrenos	Reservatórios Barragens e Adutoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2016	3.983	20.595	28.644	83.294	334	21.645	158.495
Custo do Imobilizado	20.202	188.825	49.868	172.236	1.537	21.645	454.313
Provisão para Perdas	(8.891)	(24.480)	(5.312)	(12.728)	79	-	(51.332)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(143.750)	(15.912)	(76.214)	(1.282)	-	(244.486)
Em 31 de dezembro de 2016	3.983	20.595	28.644	83.294	334	21.645	158.495
Adições	-	-	-	-	-	-	-
Baixas Saldo Bruto	-	(20.079)	-	(7.525)	-	68)	(27.672)
Baixas Depreciação	-	20.079	-	7.471	-	-	27.550
Depreciação	-	(3.425)	(206)	(3.051)	(40)	-	(6.722)
(+/-) Transferências	-	956	-	856	-	(1.812)	-
Realização de Provisão para Perdas	-	-	-	(52)	-	-	(52)
Em 30 de junho de 2017	3.983	18.126	28.438	80.993	294	23.036	154.870
Custo do Imobilizado	20.202	189.781	49.868	173.038	1.537	23.036	457.462
Provisão para Perdas	(8.891)	(24.480)	(5.312)	(12.780)	79	-	(51.384)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(147.175)	(16.118)	(79.265)	(1.322)	-	(251.208)
Em 30 de junho de 2017	3.983	18.126	28.438	80.993	294	23.036	154.870
Taxa Média de Depreciação	0%	5%	2%	9%	27%	0%	

**b) Depreciação**

Para os ativos que não possuem determinação pelo Poder Concedente de indenização, a depreciação é definida de acordo com a sua vida útil estimada, limitada ao prazo de concessão. Para os demais ativos, aqueles provenientes de investimentos sujeitos à indenização ao final da concessão, a depreciação é estabelecida conforme Resolução ANEEL nº 674/2015.

**17. INTANGÍVEL**

Descrição	31 de dezembro 2016	Amortizações	Controladora
			30 de junho 2017
Ágio Aquisição ECTE	6.955	(251)	6.704

Descrição	Contratos de Concessão (a) Celesc D	Software Adquiridos	Ágio	Uso do Bem Público (b) Celesc G	Faixa de Servidão	Itens em Andamento	Consolidado
							Total
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>3.046.954</b>	<b>3.564</b>	<b>6.955</b>	<b>821</b>	<b>70</b>	<b>614</b>	<b>3.058.978</b>
Custo Total	4.333.059	6.495	14.248	6.693	70	614	4.361.179
Amortização Acumulada	(1.286.105)	(2.931)	(7.293)	(5.872)	-	-	(1.302.201)
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>3.046.954</b>	<b>3.564</b>	<b>6.955</b>	<b>821</b>	<b>70</b>	<b>614</b>	<b>3.058.978</b>
Adições	112.210	-	-	-	-	31	112.241
Baixas	(12.066)	-	-	-	-	-	(12.066)
Amortizações	(49.376)	(325)	(126)	(247)	-	-	(50.074)
<b>Em 30 de junho de 2017</b>	<b>3.097.722</b>	<b>3.239</b>	<b>6.829</b>	<b>574</b>	<b>70</b>	<b>645</b>	<b>3.109.079</b>
Custo Total	4.506.432	6.495	14.248	6.693	70	675	4.534.613
Amortização Acumulada	(1.385.376)	(3.580)	(7.544)	(6.366)	-	-	(1.402.866)
<b>Em 30 de junho de 2017</b>	<b>3.121.056</b>	<b>2.915</b>	<b>6.704</b>	<b>327</b>	<b>70</b>	<b>675</b>	<b>3.131.747</b>
Taxa Média de Amortização	<b>4,2%</b>	<b>20%</b>	<b>0,9%</b>	<b>15%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	

O ágio gerado na aquisição da ECTE é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida Empresa.

**a) Contratos de Concessão**

Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), contratos de concessões, foi registrado no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das participações de consumidores (Obrigações Especiais).

A ANEEL em conformidade ao marco regulatório brasileiro é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de concessão do setor elétrico, estabelecendo periodicamente uma revisão na avaliação destas taxas. As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

## b) Uso do Bem Público - UBP

Em 11 de julho de 2013 foi assinado o contrato de concessão nº 006/2013, decorrente da alteração de regime de exploração formalizada pelo quarto termo aditivo ao contrato de concessão para geração de energia elétrica nº 55/99, tendo como objeto regular a exploração dos potenciais de energia hidráulica.

Tal contrato prevê o recolhimento à Eletrobras, por um prazo de 60 meses ou até o final da concessão de cada PCH, de quota mensal de Uso de Bem Público – UBP definida em contrato, atualizada monetariamente pela variação do IPCA. A contrapartida dessa obrigação está registrada no ativo intangível e será amortizada pelo mesmo período de vigência da obrigação.

Em 30 de junho de 2017 o respectivo saldo passivo é de R\$260 mil. A estimativa dos fluxos de caixa para mensuração da UBP é decorrente da utilização da taxa de desconto definida pela Administração de 7,78% para a UHE Caveiras e de 8,90% para as PCHs Pery e Celso Ramos.

Os montantes, por Usina, recolhidos no segundo trimestre de 2017 foram:

Centrais Geradoras	Consolidado	
	30 de junho 2017	31 de dezembro 2016
UHE Cedros	-	27
UHE Salto	-	21
UHE Bracinho	-	32
UHE Palmeiras	-	39
PCH Pery	396	66
UHE Caveiras	42	7
PCH Celso Ramos	91	15

## 18. RESULTADO COM IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA – IRPJ E COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO – CSLL

### a) Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2017	31 de dezembro 2016
Ativo	475.211	514.870
Passivo	(8.125)	(7.859)
<b>Tributo Diferido Líquido</b>	<b>467.086</b>	<b>507.011</b>

Descrição	Consolidado					
	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Diferido Líquido	
	30 de junho 2017	31 de dezembro 2016	30 de junho 2017	31 de dezembro 2016	30 de junho 2017	31 de dezembro 2016
<b>Diferenças temporárias</b>						
Provisão para Contingências	209.550	116.445	-	-	209.550	116.445
Provisão para Perdas em Ativos	64.386	63.557	-	-	64.386	63.557
Benefício Pós-Emprego	350.603	361.153	-	-	350.603	361.153
Custo Atribuído	-	-	10.069	11.520	(10.069)	(11.520)
Efeitos do ICPC 01 - Contratos de Concessão	-	-	59.336	60.395	(59.336)	(60.395)
Efeitos do CPC 38 - Instrumentos Financeiros	-	-	73.110	74.417	(73.110)	(74.417)
Parcela A - CVA	-	215.992	-	91.092	-	124.900
Bonificação de Outorga	6.771	3.040	21.290	15.132	(14.519)	(12.092)
Outras Provisões	-	-	419	620	(419)	(620)
	<b>631.310</b>	<b>760.187</b>	<b>64.224</b>	<b>253.176</b>	<b>467.086</b>	<b>507.011</b>

## b) Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização tem como base o Plano de Ação para Demonstrar a Sustentabilidade Econômico-Financeira da Celesc D apresentado para a ANEEL em novembro de 2013.

Em atendimento a Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002, a Administração da Companhia considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados, na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com os lucros tributáveis.

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão. Os tributos diferidos relativos à Bonificação de Outorga serão realizados de acordo com o prazo determinado no contrato de concessão das usinas.

Os tributos diferidos sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados estão sendo realizados pelo pagamento das contribuições.

O processo de reconhecimento de exposição involuntária pelo órgão regulador no valor de R\$256,6 milhões está em Demanda Judicial junto a Justiça Federal e tiveram seus montantes de IR e CSLL diferidos até que seja proferida sentença final sobre o processo em curso. (Nota 11.1)

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 30 de junho de 2017 são:

Ano	Consolidado	
	30 de junho 2017	31 de dezembro 2016
2017	96.600	209.936
2018	152.833	171.335
2019	61.336	59.155
2020	61.991	60.286
Acima de 2021	258.550	259.476
<b>Total</b>	<b>631.310</b>	<b>760.187</b>

### c) Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2017	30 de junho 2016	30 de junho 2017	30 de junho 2016
<b>Lucro/Prejuízo antes do IRPJ e a CSLL</b>	<b>2.214</b>	<b>(150.945)</b>	<b>53.905</b>	<b>(235.093)</b>
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
<b>IRPJ e SCLL</b>	<b>(753)</b>	<b>51.321</b>	<b>(18.328)</b>	<b>79.932</b>
<b>Adições e Exclusões Permanentes</b>				
Equivalência Patrimonial	5.919	(47.603)	1.860	8.723
Benefício Fiscal	-	-	(18)	(2.838)
Incentivo Fiscal	(1)	(4)	(1)	87
Provisões Indedutíveis	(335)	(335)	(335)	(335)
Multas Indedutíveis	-	-	(3.125)	2.951
IRPJ/CSLL não reconhecidos sobre Prejuízo Fiscal	(4.552)	(3.318)	(24.529)	(3.318)
Participação dos Administradores	(5)	(62)	(29)	(40)
Depreciação / Baixas VNR	-	-	-	(8)
Perdas Não Técnicas	-	-	(7.001)	-
Outras Adições (Exclusões)	(273)	1	(185)	(1.006)
	-	-	<b>(51.691)</b>	<b>84.148</b>
<b>Corrente</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(11.766)</b>	<b>(175.088)</b>
<b>Diferido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(39.925)</b>	<b>259.236</b>
<b>Taxa Efetiva</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>-95,89%</b>	<b>-35,79%</b>

### d) Lei Federal nº 12.973 de 13 de Maio de 2014

A Companhia vem apurando o Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, o Programa de Integração Social – PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS em conformidade com a Lei Federal nº 12.973/14 e Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil nº 1.556 de 31 de março de 2015 e nº 1.700 de 14 de março de 2017.

Na Celesc G foram abertas as subcontas para registro das diferenças positivas e negativas entre os valores dos ativos mensurados, conforme a legislação societária, e os valores mensurados de acordo com os critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007



(RTT), para que o efeito tributário desses ajustes seja dado à medida da realização desses ativos.

Na Celesc D as diferenças positivas e negativas foram apuradas conforme o artigo 69 da Lei Federal nº 12.973/14 e os seus efeitos serão realizados pelo prazo vigente de concessão.

## 19. FORNECEDORES

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2017	31 de dezembro 2016
Energia Elétrica	363.034	483.833
Encargos de Uso da Rede Elétrica	41.221	41.503
Materiais e Serviços	60.894	98.423
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	154.579	1.341
	<b>619.728</b>	<b>625.100</b>

## 20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os contratos de Empréstimos e Financiamentos são garantidos, principalmente, por recebíveis das Companhias.

Descrição	Taxa de Juros e Comissões %	Consolidado	
		30 de junho 2017	31 de dezembro 2016
Empréstimos Bancários (a)	110 a 121,5 CDI	149.544	235.157
Eletrobras (b)	5,00 a.a.	43.366	56.316
Finame (c)	2,5 a 9,5 a.a.	38.770	41.558
<b>Total</b>		<b>231.680</b>	<b>333.031</b>
<b>Circulante</b>		<b>178.461</b>	<b>202.996</b>
<b>Não Circulante</b>		<b>53.219</b>	<b>130.035</b>

### a) Empréstimos Bancários

Os saldos de Empréstimos Bancários referem-se a duas contratações, cujos recursos foram utilizados exclusivamente para a finalidade de capital de giro.

A primeira contratação, no valor de R\$300 milhões, foi efetuada junto à Caixa Econômica Federal em junho de 2014, com remuneração à taxa equivalente a 121,5% do CDI. Em abril de 2015, o contrato foi repactuado e o prazo para pagamento foi alongado para 38 meses, com carência de 8 meses. A amortização final está prevista para junho de 2018.

A segunda contratação, no valor de R\$100 milhões, foi efetuada junto ao Banco do Brasil em janeiro de 2015, com remuneração à taxa equivalente a 110% do CDI. Foi oferecida uma carência de 12 meses para o início da amortização do valor principal, previsto para liquidação em 24 parcelas mensais. A amortização final está prevista para janeiro de 2018.



## b) Eletrobras

Os recursos destinam-se, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural, e advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobras. Em geral, os contratos possuem carência de 24 meses, amortização em 60 parcelas mensais, alguns em mais parcelas, taxa de juros de 5% a.a., taxa de administração de 2% a.a. e taxa de comissão de 0,83%. As garantias são os recebíveis e todos os contratos possuem anuência da ANEEL.

## c) Finame

Os recursos dessas contratações serviram para suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc D e foram utilizados na compra de máquinas e equipamentos. Cada aquisição constitui um contrato, que foram negociados a taxas de juros que variam de 2,5% a 9,5% a.a..

O valor contratado pode chegar a R\$50 milhões e as amortizações são previstas para 96 parcelas mensais. Suas aplicações estavam previstas, inicialmente, para os anos de 2011 e 2012. Entretanto, ocorreram aplicações em 2013 e ainda poderão acontecer até 2017. Todos os contratos possuem anuência da ANEEL e, em caso de inadimplência, a garantia está vinculada aos recebíveis da Empresa.

## 20.1. Composição dos Vencimentos de Longo Prazo

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2017	31 de dezembro 2016
Ano 2018 - 1T - 2T	-	41.331
Ano 2018 - 3T - 4T	10.968	46.452
Ano 2019	17.349	17.349
Ano 2020	9.273	9.274
Ano 2021	6.260	6.260
Ano 2022+	9.369	9.369
	<b>53.219</b>	<b>130.035</b>



## 20.2. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos

Descrição	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>217.157</b>	<b>325.017</b>	<b>542.174</b>
Ingressos	-	11.106	11.106
Encargos Provisionados	57.703	-	57.703
Transferências	206.088	(206.088)	-
Amortizações de Principal	(219.373)	-	(219.373)
Pagamentos de Encargos	(58.579)	-	(58.579)
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>202.996</b>	<b>130.035</b>	<b>333.031</b>
Encargos Provisionados	15.925	-	15.925
Transferências	76.816	(76.816)	-
Amortizações de Principal	(100.708)	-	(100.708)
Pagamentos de Encargos	(16.568)	-	(16.568)
<b>Em 30 de junho de 2017</b>	<b>178.461</b>	<b>53.219</b>	<b>231.680</b>

## 21. DEBÊNTURES

### 21.1. Debêntures – Celesc D

A Celesc D emitiu, em 15 de maio de 2013, 30 mil Debêntures no valor nominal unitário de R\$10 mil, totalizando R\$300 milhões, com vencimento para 15 de maio de 2019. Os recursos dessa emissão foram utilizados, exclusivamente, para reforço de capital de giro e realização de investimentos.

Os juros remuneratórios correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, *over* extra-Grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidos de uma sobretaxa ou *spread* de 1,3%.

A amortização do principal está prevista para 3 parcelas anuais e consecutivas, a partir de 15 de maio de 2017, e da remuneração em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir de 15 de novembro de 2013. Até o momento foi efetuado o pagamento da primeira parcela de amortização em 15 de maio de 2017 no valor de R\$100 milhões e das parcelas de remuneração do período de 15 de maio de 2013 a 15 de maio de 2017 totalizando R\$156 milhões.

A partir de 2014, ao final de cada exercício, a Companhia tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das Debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar no vencimento antecipado do total da dívida. Em 30 de junho de 2017 a Companhia esteve abaixo deste indicador de relação.

### 21.2. Debêntures – Celesc G

Em 03 de março 2016 ocorreu a primeira emissão de Debêntures da Celesc G. O valor total da emissão foi de R\$150.000 (cento e cinquenta milhões de reais), em uma única série,





constituída por 15.000 (quinze mil) Debêntures com valor nominal unitário de R\$10 (dez mil reais).

As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com garantia adicional fidejussória. As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados, tendo vencimento no prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da data da emissão, sem atualização monetária. Os juros remuneratórios corresponderão a 125% (cento e vinte e cinco por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do Depósitos Interfinanceiros – DI e serão pagos trimestralmente, sem carência, nos meses de junho, setembro, dezembro e março, sendo o primeiro pagamento devido em 03 de junho de 2016 e o último pagamento devido na data de vencimento, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, de resgate antecipado e de amortização extraordinária.

O valor nominal unitário das Debêntures será amortizado integralmente na data de vencimento, ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das debêntures resultante do resgate antecipado, de amortização extraordinária ou na data do vencimento antecipado das Debêntures.

Até o momento foram pagas as parcelas de remuneração do período de março 2016 a junho 2017 totalizando R\$30 milhões.

A partir de 2016, a Companhia tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado a emissão das debêntures não apresentar a relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2,5, nos dois primeiros semestres, e superior a 2 nos dois últimos semestres. O não cumprimento desses indicadores financeiros pode implicar no vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de junho de 2017 a Companhia esteve abaixo deste indicador de relação.

#### a) Movimentação das Debêntures:

Consolidado	
Descrição	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>600.731</b>
Ingressos	151.850
Atualização Monetária	98.778
Pagamentos Encargos	(99.466)
Pagamentos Principal	(300.000)
Custos na Emissão de Debêntures	2.867
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>454.760</b>
Atualização Monetária	26.576
Pagamentos Encargos	(31.039)
Pagamento Principal	(99.990)
Custos na Emissão de Debêntures	994
<b>Em 30 de junho de 2017</b>	<b>351.301</b>
<b>Circulante</b>	<b>102.682</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>248.619</b>



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

**22. OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS****a) Composição**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2017	31 de dezembro 2016	30 de junho 2017	31 de dezembro 2016
ICMS	-	-	121.464	107.032
PIS e COFINS	5	306	39.404	40.761
IRPJ e CSLL	-	-	14.324	4.302
Outros	81	71	5.420	6.421
<b>Circulante</b>	<b>86</b>	<b>377</b>	<b>180.612</b>	<b>158.516</b>

**23. TAXAS REGULAMENTARES**

Descrição	30 de junho 2017	Consolidado
		31 de dezembro 2016 (Reapresentado)
Programa de Eficiência Energética – PEE	173.044	162.351
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE	19.600	19.704
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	84.857	77.487
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (i)	2.751.912	2.192.302
Uso do Bem Público	260	753
Outros	1.179	1.209
<b>Total</b>	<b>3.030.852</b>	<b>2.453.806</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.848.511</b>	<b>2.298.120</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>182.341</b>	<b>155.686</b>

(i) A ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 2.204, de 07 de março de 2017, retificou a Resolução Homologatória nº 2.202 de 07 de fevereiro de 2017, homologando as cotas de CDE Uso no valor mensal de R\$41.064 e as cotas de CDE Energia no valor mensal de R\$47.093, para o exercício de 2017.

O Decreto Federal nº 9.022, de 31 de março de 2017, em seu artigo 33, estabeleceu que o orçamento, a gestão e a movimentação da CDE, da CCC e da RGR serão de responsabilidade da ELETROBRÁS até 30 de abril de 2017 ou até a decisão da ANEEL que atestar a transferência dessas responsabilidades para a Câmara de Comercialização de Energia – CCEE.

O Conselho de Administração autorizou a assinatura do Termo de Parcelamento de Débitos com o Fundo Setorial da CDE, entre a Celesc D e a CCEE, em que o saldo devedor é reflexo de compensações de valores devidos pela CDE contra obrigações da Celesc D junto ao Fundo CDE, originando em um saldo devedor de R\$1.164.387 mil em 30 de junho de 2017.

A parcela incontroversa da atualização monetária definida no Termo de Parcelamento dos saldos a receber e a pagar gerou, respectivamente, uma receita financeira de R\$9.433 mil e



despesa financeira de R\$179.481, originando um resultado financeiro líquido negativo de R\$170.048 em 30 de junho de 2017.

O saldo Devedor será pago pela Celesc D em 30 (trinta) prestações mensais, iguais e consecutivas, não devendo ultrapassar dezembro de 2019, cada uma no valor de R\$38.877 mil, vencendo a primeira no dia 26 de julho de 2017 e as demais, sucessivamente, todo o dia 10 do mês, acrescidas de juros Remuneratórios de 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias dos Depósitos interfinanceiros – DI.

## 24. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Nas datas das Informações Trimestrais, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às contingências:

Descrição	Controladora			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Riscos	
	30 de junho 2017	31 de dezembro 2016	30 de junho 2017	31 de dezembro 2016
Contingências:				
Tributária	2.117	2.117	1.263	1.263
Trabalhistas	1.425	1.486	29	29
Cíveis	5.513	5.472	2.183	51
Regulatórias	8.182	8.182	5.174	5.174
	<b>17.237</b>	<b>17.257</b>	<b>8.649</b>	<b>6.517</b>

Descrição	Consolidado			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Riscos	
	30 de junho 2017	31 de dezembro 2016	30 de junho 2017	31 de dezembro 2016 (Reapresentado)
Contingências:				
Tributária	3.744	3.744	66.904	60.504
Trabalhistas	48.689	40.105	58.643	46.480
Cíveis	54.483	31.239	146.593	114.583
Regulatórias	49.248	49.248	356.032	353.504
Ambientais	-	-	1.457	23.048
	<b>156.164</b>	<b>124.336</b>	<b>629.629</b>	<b>598.119</b>

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Depósitos Judiciais	Provisões para Riscos	Depósitos Judiciais	Provisões para Riscos
Em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)	17.257	6.517	124.336	598.119
Adições	272	2.132	58.771	60.758
Baixas	(292)	-	(26.943)	(29.248)
Em 30 de junho de 2017	<b>17.237</b>	<b>8.649</b>	<b>156.164</b>	<b>629.629</b>

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das contingências prováveis pode ser sumariada como segue:

#### **a) Contingências Tributárias**

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias nas esferas federal (relativos aos tributos PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e previdenciária) e municipal (relativo ao ISS).

#### **b) Contingências Trabalhistas**

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de pagamento de horas extras, principalmente aquelas decorrentes de violação aos intervalos intrajornada e interjornadas, bem como revisão de base de cálculo de verbas salariais, adicionais, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

#### **c) Contingências Cíveis**

Estão relacionadas às ações cíveis em geral, tendo como objeto, em síntese, ressarcimento de danos (materiais e/ou morais) decorrente de: suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, inscrições dos nomes dos consumidores junto aos órgãos de proteção de crédito, danos elétricos, danos envolvendo perda de produções (fumo, frangos), acidentes envolvendo terceiros.

Há da mesma forma, outros tipos de demandas que geram o pagamento de valores pela Concessionária de Energia Elétrica: revisão de faturamentos, reclassificação tarifária, revisão de contratos licitatórios (reequilíbrio econômico-financeiro), concurso público, dentre outras.

#### **d) Contingências Regulatórias**

As contingências regulatórias estão associadas às notificações realizadas pela ANEEL, ARESC ou CCEE em processos administrativos punitivos decorrentes de eventos já ocorridos, cuja liquidação poderá resultar em entrega de recursos pelas transgressões contratuais ou regulatórias do setor elétrico. Também constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Companhia discute com outros agentes setoriais (concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação setorial.

A Companhia reclassificou em junho de 2017, a Demanda Judicial junto a Justiça Federal do Distrito Federal, com pedido liminar, referente a Subcontratação de 2014 não incluídos na revisão tarifária ocorrida em agosto de 2016 de passivos financeiros para provisão de contingência regulatória (Nota 11.1), rerepresentando os valores correspondentes em 31 de dezembro de 2016 (Nota 3.1.1).

#### e) Contingências Ambientais

Tratam-se de processos relativos a discussões judiciais referentes ao pagamento de indenizações de ordem material e moral em virtude de acidente ambiental ocorrido na área de concessão da Celesc.

O Grupo também tem ações de natureza tributária, trabalhista, cíveis, regulatórias e ambientais, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2017	31 de dezembro 2016
Tributárias (i)	4.361	34.291
Trabalhistas (ii)	20.961	16.763
Cíveis (iii)	128.708	115.983
Regulatórias (iv)	111.076	109.053
Ambientais (v)	47.359	22.638
	<b>312.465</b>	<b>298.728</b>

A natureza das contingências possíveis pode ser sumariada como segue:

#### i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias na esfera federal relativas a recolhimento de PIS, COFINS e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL.

#### ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

### iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente, processos licitatórios e outras.

### iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas a notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos que implicam em multas pela transgressão de previsões contratuais ou regulatórias do setor elétrico, onde a Companhia recorreu na esfera administrativa e judicial. Ao mesmo tempo, constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Companhia discute com agentes setoriais (outras concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação do setor elétrico.

### v) Contingências Ambientais

Estão relacionadas a contingências ambientais administrativas e judiciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, constituídas em sua maioria por questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes.

## 25. PASSIVO ATUARIAL

Obrigações Registradas	Consolidado	
	30 de junho 2017	31 de dezembro 2016
<b>Planos Previdenciários</b>	<b>854.123</b>	<b>870.307</b>
Plano Misto/Transitório (a)	854.123	870.307
<b>Outros Benefícios a Empregados</b>	<b>657.774</b>	<b>688.918</b>
Plano Celos Saúde (b)	577.491	582.150
Programa de Demissão Voluntária – PDV 2012 (c)	27.339	16.183
Programa de Desligamento Incentivado – PDI (d)	12.041	50.789
Outros Benefícios (e)	40.903	39.796
<b>Total</b>	<b>1.511.897</b>	<b>1.559.225</b>
<b>Circulante</b>	<b>158.230</b>	<b>162.312</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>1.353.667</b>	<b>1.396.913</b>

A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a administração de planos de benefícios previdenciários para os seus participantes representados basicamente pelos empregados da Celesc D.

#### a) Planos Previdenciários

A partir de janeiro de 1997, foi implementado um novo plano de previdência complementar para os novos empregados com características de contribuição variável, denominado “Plano



Misto”, contemplando a renda de aposentadoria programada, aposentadoria por invalidez e pensão por morte.

Para os participantes que pertenciam ao Plano Transitório foi elaborado um processo de migração dando oportunidade aos participantes do referido plano migrarem para o Plano Misto.

Este processo de migração se deu em dois períodos: de maio a agosto de 1999 e fevereiro de 2000. Mais de 98% dos empregados ativos optaram pela migração.

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e para os benefícios concedidos, e características de contribuição definida para as contribuições posteriores a transição, relativas aos benefícios de aposentadoria programada a conceder. O plano anterior, de benefício definido, denominado “Plano Transitório” continua existindo, cobrindo exclusivamente os participantes aposentados e seus beneficiários.

Do total reconhecido, R\$490 milhões refere-se à dívida pactuada com a Celos em 30 de novembro de 2001, para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% ao ano e atualização pela variação do IGP-M, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Celesc D registrou a partir de 2015 a atualização monetária e juros como resultado financeiro, fundamentado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Em outubro de 2010 por meio de termo aditivo houve a mudança do indexador de atualização do IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

#### **b) Plano Celos Saúde**

A Celesc D oferece plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica) aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas.

#### **c) Programa de Demissão Voluntária – PDV**

Por meio da Deliberação nº 168, de 15 de maio de 2012, a Celesc D aprovou o Plano de Adequação de Quadros, do qual faz parte o Plano de Demissão Voluntária – PDV.

Esse programa foi implementado a partir de novembro de 2012, inicialmente aderiram 734 empregados e até junho de 2013 houve a inclusão de mais 19 empregados. Desligaram-se da Celesc D 753 beneficiários.

Até 30 de junho de 2017 a Celesc D havia quitado o débito com 471 beneficiários.

#### d) Plano de Desligamento Incentivado – PDI

Por meio da Deliberação nº 15, de 22 de fevereiro de 2016, a Celesc D aprovou o Plano de Desligamento Incentivado – PDI. Esse programa foi implementado em dezembro de 2016, com adesão e o desligamento de 61 empregados. Os pagamentos das parcelas iniciaram em janeiro de 2017.

#### e) Outros Benefícios

Trata-se de valores referentes ao auxílio deficiente, auxílio funeral, indenização por morte natural ou acidental e benefício mínimo ao aposentado.

### 25.1. Resultados da Avaliação Atuarial

#### a) Reconciliação do Valor Presente das Obrigações

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDI 2016	PDVI 2012	Consolidado	
						Plano Pecúlio	Outros Benefícios
<b>Saldo 31 de dezembro de 2015</b>	<b>1.654.146</b>	<b>730.019</b>	<b>508.506</b>	<b>-</b>	<b>108.841</b>	<b>16.444</b>	<b>38.316</b>
Custo Inicial	-	-	-	16.183	-	-	-
Custo do Serviço Corrente Bruto (com juros)	6.497	-	(40.652)	-	-	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	210.334	91.179	62.606	-	9.909	2.129	4.045
Benefícios Pagos no ano	(138.259)	(87.595)	(88.617)	-	(47.016)	(329)	(4.496)
Contribuições de Participante Vertida no ano	14.418	17.159	33.116	-	-	-	-
Obrigações Ganho/Perda	(35.958)	(7.196)	181.230	-	(20.945)	(9.736)	2.005
<b>Saldo 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.711.178</b>	<b>743.566</b>	<b>656.189</b>	<b>16.183</b>	<b>50.789</b>	<b>8.508</b>	<b>39.836</b>

#### b) Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2002	PDVI 2012	Consolidado	
						Plano Pecúlio	Outros Benefícios
<b>Passivo atuarial líquido total a ser provisionado em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>347.740</b>	<b>441.610</b>	<b>464.289</b>	<b>-</b>	<b>108.841</b>	<b>8.419</b>	<b>38.316</b>
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.711.178	743.566	656.189	16.183	50.789	8.508	39.783
Benefícios Concedidos	1.489.013	743.566	621.079	16.183	50.789	329	37.549
Benefícios a Conceder	222.165	-	35.110	-	-	8.179	2.234
Valor justo dos ativos	(1.302.335)	(282.102)	(74.039)	-	-	(8.548)	-
<b>Passivo atuarial líquido total a ser provisionado em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>408.843</b>	<b>461.464</b>	<b>582.150</b>	<b>16.183</b>	<b>50.789</b>	<b>(40)</b>	<b>39.783</b>



**c) Reconciliação do Valor Justo dos Ativos**

Descrição	Consolidado				
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2012	Plano Pecúlio
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>1.306.406</b>	<b>288.409</b>	<b>44.217</b>	<b>-</b>	<b>8.025</b>
Benefícios Pagos no Ano	(138.259)	(87.596)	(88.617)	(47.016)	(330)
Contribuições de Participantes Vertidas no Ano	14.418	17.159	33.116	-	-
Contribuições de Patrocinadora Vertidas no Ano	41.485	37.370	45.594	47.016	-
Juros sobre Ativo	167.432	35.666	5.762	-	1.058
Ganho/Perda sobre os Ativos	(89.147)	(8.906)	33.967	-	(205)
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.302.335</b>	<b>282.102</b>	<b>74.039</b>	<b>-</b>	<b>8.548</b>

**d) Custos Reconhecidos na Demonstração do Resultado do Exercício**

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2017	30 de junho 2016
Plano Transitório	16.089	23.499
Plano Misto	17.404	20.012
PDVI 2012	1.809	4.955
Plano Médico	19.467	16.592
Outros	2.781	2.558
	<b>57.550</b>	<b>67.616</b>

**e) Hipóteses Atuariais e Econômicas**

As premissas atuariais e econômicas utilizadas foram às seguintes:

Descrição	2016
Taxa nominal de desconto	Plano Transitório: 11,53%
	Plano Misto: 11,55%
	Plano Médico: 11,55%
	Plano PDV: 11,75%
Taxa Nominal Esperada de Retorno dos Ativos	Plano Transitório: 11,53%
	Plano Misto: 11,55%
	Plano Médico: 11,55%
	Plano PDV: 11,75%
Taxa nominal de Crescimento Salarial	8,59%
Taxa de Inflação Futura	5,50%
Taxa Real de Crescimento dos Custos Médicos (HCCTR)	3,75%
Taxa Real de Crescimento dos Custos Médicos por Faixa Etária ( <i>aging factor</i> )	2,50%
Taxa de Rotatividade	Experiência Celos
Taxa Real de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	NULA
Indexador de Reajuste de Salários/Benefícios	IPCA
Fator de Determinação do Valor Real dos Salários/Benefícios	98,00%



## f) Hipóteses Biométricas

Descrição	31 de dezembro 2016
Mortalidade Geral	AT-2000
Mortalidade de Inválidos	AT- 1949
Entrada em Invalidez	Light Média

## g) Despesa Estimada para o Exercício de 2017

A estimativa da despesa para o exercício de 2017 está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado
	Despesa a ser Reconhecida em 2017
Plano Transitório	32.177
Plano Misto	34.809
Plano Pecúlio	964
PDV 2012	3.618
Plano Médico	38.934
Outros Benefícios	4.599
	<b>115.101</b>

## h) Movimentação do Passivo Atuarial

Descrição	Plano Misto / Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2012	PDI 2016	Outros Benefícios	Consolidado
						Total
Em 31 dezembro de 2016	870.307	582.150	50.789	16.183	39.796	1.559.225
Pagamento	(49.677)	(24.126)	(25.259)	(4.142)	(1.674)	(104.878)
Provisão	33.493	19.467	1.809	-	2.781	57.550
Em 30 de junho de 2017	854.123	577.491	27.339	12.041	40.903	1.511.897

## 26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

O Capital Social da Companhia atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.340.000, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas. As ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.



## b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

O quadro a seguir demonstra o efeito líquido no montante de R\$(400.891) em 30 de junho de 2017 e R\$(398.075) em 31 de dezembro de 2016, no Patrimônio Líquido:

Ajuste de Avaliação Patrimonial	Consolidado	
	30 de junho 2017	31 de dezembro 2016
Deemed Cost – Celesc G	19.547	22.363
Ajuste Passivo Atuarial – Celesc D (CPC 33)	(420.438)	(420.438)
	<b>(400.891)</b>	<b>(398.075)</b>

## c) Lucro Diluído por Ação

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 30 de junho de 2017 e de 2016 foi baseado no lucro líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados.

Em 30 de junho de 2017 e de 2016, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações. Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre 31 de dezembro de 2016 e data da conclusão das Informações Trimestrais.

Nos períodos de 30 de junho de 2017 e de 2016 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro (prejuízo) por ação.

## d) Composição do Lucro (Prejuízo) Básico e Diluído

Descrição	Controladora	
	30 de junho 2017	30 de junho 2016
<b>Média Ponderada de Ações (milhares):</b>		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	15.527	15.527
Ações Preferenciais Nominativas – PN	23.044	23.044
<b>Lucro (Prejuízo) Básico e Diluído por Ação a Atribuído aos Acionistas da Companhia (R\$):</b>		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	0,0542	(3,6927)
Ações Preferenciais nominativas – PN	0,0596	(4,0620)
<b>Lucro (Prejuízo) Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia (R\$):</b>		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	841	(57.338)
Ações Preferenciais nominativas – PN	1.373	(93.607)
	<b>2.214</b>	<b>(150.945)</b>

## d) Reserva Legal e de Retenção de Lucros

A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de Retenção de Lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de Lucros Acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas.



## 27. SEGUROS

As coberturas de seguros, em 30 de junho de 2017, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Empresa	Ramo	Ativos Cobertos	Vigência	Consolidado
				Segurado(i)
Celesc D	Seguro Garantia	Bens e Direitos Concessionários	30.12.2016 a 29.12.2017	300.000
Celesc D	Riscos Nomeados	Subestações	14.05.2017 à 14.05.2018	20.000
Celesc G	Incêndio/Raio/Explosão	Usinas e Subestações	08.08.2016 a 08.08.2017	24.272
Celesc G	Queda de Aeronave	Usinas e Subestações	08.08.2016 a 08.08.2017	12.136
Celesc G	Vendaval	Usinas e Subestações	08.08.2016 a 08.08.2017	12.136
Celesc G	Danos Elétricos	Usinas e Subestações	08.08.2016 a 08.08.2017	24.272

(i) Informações não revisadas

## 28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

A apresentação dos segmentos é consistente com os relatórios internos fornecidos à Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria Executiva correspondente aos períodos de 30 de junho de 2017 e 2016, são as seguintes:

Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	30 de junho de 2017	
				Ajustes de Consolidação	Total
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	-	3.122.400	72.405	(2.585)	3.192.220
Custo das Vendas	-	(2.741.385)	(20.990)	2.585	(2.759.790)
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	-	<b>381.015</b>	<b>51.415</b>	-	<b>432.430</b>
Despesas com Vendas	-	(106.431)	(2.282)	-	(108.713)
Despesas Gerais e Administrativas	(14.376)	(149.630)	(6.813)	-	(170.819)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	(3.117)	30.825	(165)	-	27.543
Resultado de Equivalência Patrimonial	17.409	-	(644)	(11.295)	5.470
<b>Resultado das Atividades</b>	<b>(84)</b>	<b>155.779</b>	<b>41.511</b>	<b>(11.295)</b>	<b>185.911</b>
Receitas Financeiras	2.327	168.272	4.398	(3.006)	171.991
Despesas Financeiras	(29)	(295.782)	(11.192)	3.006	(303.997)
<b>Resultado Financeiro, líquido</b>	<b>2.298</b>	<b>(127.510)</b>	<b>(6.794)</b>	-	<b>(132.006)</b>
<b>Lucro (Prejuízo) antes IRPJ e CSLL</b>	<b>2.214</b>	<b>28.269</b>	<b>34.717</b>	<b>(11.295)</b>	<b>53.905</b>
IRPJ e CSLL	-	(39.659)	(12.032)	-	(51.691)
<b>Lucro (Prejuízo) do Exercício</b>	<b>2.214</b>	<b>(11.390)</b>	<b>22.685</b>	<b>(11.295)</b>	<b>2.214</b>
Informações Suplementares					
<b>Total dos Ativos</b>	<b>2.081.900</b>	<b>8.226.989</b>	<b>598.701</b>		
<b>Total dos Passivos</b>	<b>12.967</b>	<b>6.926.583</b>	<b>187.467</b>		

30 de junho de 2016					
Descrição	Controladora	Celesc D (Reapresentado)	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total (Reapresentado)
Receita Operacional Líquida – ROL	-	2.826.816	59.987	(1.302)	2.885.501
Custo das Vendas	-	(2.794.607)	(29.076)	1.302	(2.822.381)
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	<b>-</b>	<b>32.209</b>	<b>30.911</b>	<b>-</b>	<b>63.120</b>
Despesas com Vendas	-	(106.730)	(424)	-	(107.154)
Despesas Gerais e Administrativas	(11.585)	(139.747)	(6.143)	-	(157.475)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	(984)	20.238	(25)	-	19.229
Resultado de Equivalência Patrimonial	(140.009)	-	(500)	166.166	25.657
<b>Resultado das Atividades</b>	<b>(152.578)</b>	<b>(194.030)</b>	<b>23.819</b>	<b>166.166</b>	<b>(156.623)</b>
Receitas Financeiras	1.662	140.682	6.408	-	148.752
Despesas Financeiras	(29)	(212.197)	(14.996)	-	(227.222)
<b>Resultado Financeiro, líquido</b>	<b>1.633</b>	<b>(71.515)</b>	<b>(8.588)</b>	<b>-</b>	<b>(78.470)</b>
<b>Lucro (Prejuízo) antes IRPJ e CSLL</b>	<b>(150.945)</b>	<b>(265.545)</b>	<b>15.231</b>	<b>166.166</b>	<b>(235.093)</b>
IRPJ e CSLL	-	90.000	(5.852)	-	84.148
<b>Lucro (Prejuízo) do Exercício</b>	<b>(150.945)</b>	<b>(175.545)</b>	<b>9.379</b>	<b>166.166</b>	<b>(150.945)</b>
Informações Suplementares					
<b>Total dos Ativos</b>	<b>2.096.170</b>	<b>7.520.127</b>	<b>640.658</b>		
<b>Total dos Passivos</b>	<b>28.594</b>	<b>6.198.485</b>	<b>260.709</b>		

## 28.1. Receita Operacional Consolidada

Descrição	30 de junho 2017	30 de junho 2016 (Reapresentado)
<b>Receita Operacional Bruta – ROB</b>		
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	4.161.791	4.705.777
Suprimento de Energia Elétrica (a)	162.236	116.436
Disponibilização da Rede Elétrica	337.340	279.696
Atualização VNR	927	6.387
Receita de Financeira	18.111	25.521
Renda de Prestação de Serviços	1.166	647
Energia Elétrica de Curto Prazo	206.970	325.451
Receita de Ativos e Passivos Regulatórios	(44.438)	(678.102)
Outras Receitas Operacionais	6.182	5.789
Doações e Subvenções (i)	271.693	311.752
Receita de Construção	192.038	181.582
	<b>5.314.016</b>	<b>5.280.936</b>
<b>Deduções da Receita Operacional Bruta</b>		
ICMS	(962.588)	(1.100.435)
PIS	(82.565)	(80.978)
COFINS	(380.302)	(372.991)
Reserva Global de Reversão – RGR	-	(302)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(571.455)	(683.997)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(15.026)	(13.312)
Programa Eficiência Energética – PEE	(14.647)	(13.194)
Taxa de Fiscalização – ANEEL	(3.446)	(3.182)
Comp. Financ. Utiliz. de Recursos Hídricos – CFURH	(479)	(800)
Outros Encargos (Bandeiras Tarifárias)	(91.288)	(126.244)
	<b>(2.121.796)</b>	<b>(2.395.435)</b>
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>3.192.220</b>	<b>2.885.501</b>

(i) Valor repassado pela Eletrobras, referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no artigo 13, inciso VII, da Lei Federal nº 10.438, de 26 de abril de 2002, alterada pela Lei Federal nº 12.839 de 09 de julho de 2013, e em cumprimento ao disposto no artigo 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

O montante da receita contabilizada como Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) no segundo trimestre de 2017 foi de R\$262.207. As demais se referem ao Programa de Baixa Renda no montante de R\$9.486.

### a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30 de junho 2017	30 de junho 2016	30 de junho 2017	30 de junho 2016	30 de junho 2017	30 de junho 2016
Residencial	2.244.686	2.188.573	2.959.086	2.875.833	1.667.234	1.724.621
Industrial	102.956	102.217	4.920.111	4.691.125	859.252	1.212.572
Comercial	258.907	252.380	2.117.327	2.080.526	1.050.095	1.180.551
Rural	234.883	234.030	732.106	690.450	266.068	254.724
Poder Público	22.482	22.117	223.437	224.230	125.273	134.569
Iluminação Pública	704	643	312.844	299.049	109.269	110.688
Serviço Público	3.226	3.084	176.948	172.261	84.600	88.052
<b>Total do Fornecimento</b>	<b>2.867.844</b>	<b>2.803.044</b>	<b>11.441.859</b>	<b>11.033.474</b>	<b>4.161.791</b>	<b>4.705.777</b>
Suprimento de Energia	101	99	1.152.370	1.108.750	162.236	116.455
Receita Fin. Bonificação de Outorga	-	-	-	-	18.111	25.521
<b>Total</b>	<b>2.867.945</b>	<b>2.803.143</b>	<b>12.594.229</b>	<b>12.142.224</b>	<b>4.342.138</b>	<b>4.847.753</b>

(i) Informações não revisadas

## 28.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas

Os custos e despesas operacionais consolidados são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

Descrição	30 de junho de 2017				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	2.240.384	-	-	-	2.240.384
Pessoal (b)	172.560	74.041	31.301	2.427	280.329
Administradores	-	4.926	-	-	4.926
Despesa Atuarial	-	35.083	-	-	35.083
Entidade de Previdência Privada (b)	9.129	3.252	1.469	-	13.850
Material	3.750	2.936	-	-	6.686
Custo de Construção	192.038	-	-	-	192.038
Custos e Serviços de Terceiros	35.572	29.161	24.930	228	89.891
Depreciação e Amortização	93.777	13.359	-	985	108.121
Provisões Líquidas	-	-	28.343	22.562	50.905
Arrendamentos e Aluguéis	1.075	7.256	219	(46.824)	(38.274)
Outros Custos e Despesas	11.505	805	22.451	(6.921)	27.840
	<b>2.759.790</b>	<b>170.819</b>	<b>108.713</b>	<b>(27.543)</b>	<b>3.011.779</b>

30 de junho de 2016

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	2.321.416	-	-	-	2.321.416
Pessoal (b)	160.162	64.848	27.126	5.709	257.845
Administradores	-	3.045	-	-	3.045
Despesa Atuarial	-	27.777	-	-	27.777
Entidade de Previdência Privada (b)	8.775	3.229	1.325	-	13.329
Material	7.337	2.567	-	-	9.904
Custo de Construção	181.582	-	-	-	181.582
Custos e Serviços de Terceiros	31.204	32.007	28.217	293	91.721
Depreciação e Amortização	103.813	16.493	-	984	121.290
Provisões Líquidas	(3.775)	-	27.310	(1.316)	22.219
Arrendamentos e Aluguéis	876	5.940	247	(25.320)	(18.257)
Outros Custos e Despesas	11.010	1.570	22.929	421	35.930
	<b>2.822.400</b>	<b>157.476</b>	<b>107.154</b>	<b>(19.229)</b>	<b>3.067.801</b>

**a) Energia Elétrica Comprada para Revenda**

Descrição	30 de junho 2017	GWh (i)	30 de junho 2016	GWh (i)
Açucareiro Zillo Lorenzetti S. A	7.515	33	6.888	33
Aliança Geração de Energia S.A.	16.098	100	-	-
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras	336.015	1.837	391.701	2.083
Tractebel Energia S.A.	141.886	676	217.369	1.261
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	27.963	137	24.945	138
Petrobrás S.A. – Ute Governador Leon	175.668	903	145.766	908
Companhia Energética de Petrolina – CEP	18.430	99	15.518	100
Serra do Facão Energia S.A.	10.146	48	9.276	48
Furnas Centrais Elétricas S.A.	59.240	553	112.314	879
Cemig Geração e Transmissão S.A.	82.589	585	94.721	446
Companhia Energética Potiguar	-	-	11.616	67
Companhia Hidrelétrica Teles Pires	7.234	92	7.562	105
Companhia Energética de São Paulo – CESP	29.994	149	60.684	538
Copel Geração e Transmissão S.A.	-	-	57.469	384
Energética Suape II S.A.	28.408	101	25.054	101
Eletrobras Termonuclear S.A.	73.059	349	64.829	351
Porto do Pecem Geração de Energia	51.264	234	42.495	235
Lages Bioenergética Ltda.	12.590	48	23.539	96
Foz do Chapecó Energia S.A	21.592	103	19.768	103
Companhia Energética Estreito	20.599	102	18.839	102
UTE Porto do Itaquí Geração de Energia	16.280	120	21.508	121
Santa Cruz Power Corp. Usinas Hidro	5.380	26	4.926	26
Linhares Geração S.A.	7.114	16	5.497	16
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	4.862	19	4.275	19
Rio PCHI S.A.	5.681	27	5.225	27
Rio Paraná Energia S.A.	30.260	233	16.479	-
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	5.175	26	4.732	26
Empresa Energética Porto das Pedras	5.411	26	4.954	26
Cia de Ger. Term. de E.E. – Eletrobras CGTEE	10.605	89	13.212	143
Norte Energia S/A	40.894	557	-	-
Cia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf	19.339	681	10.777	422
Santo Antônio Energia S.A.	83.035	665	71.044	623
Outros	116.189	891	102.404	983
	<b>1.470.515</b>	<b>9.525</b>	<b>1.615.386</b>	<b>10.410</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda – CP	495.180	(143)	396.235	(303)
Encargo de Uso da Rede Elétrica	201.267	-	227.624	191
Proinfa	73.422	183	82.171	-
	<b>769.869</b>	<b>40</b>	<b>706.030</b>	<b>(112)</b>
	<b>2.240.384</b>	<b>9.565</b>	<b>2.321.416</b>	<b>10.298</b>

(i) Informações não revisadas

**a) Pessoal e Entidade de Previdência Privada**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2017	30 de junho 2016	30 de junho 2017	30 de junho 2016
<b>Pessoal</b>				
Remunerações	6.943	6.204	149.573	141.394
Encargos Sociais	143	124	56.970	53.688
Participação nos Lucros e Resultados	-	-	20.127	7.142
Benefícios Assistenciais	-	-	18.797	17.826
Provisões e Indenizações	15	20	34.679	37.677
Outros	38	110	183	118
<b>Entidade de Previdência Privada</b>	-	2	13.850	13.329
	<b>7.139</b>	<b>6.460</b>	<b>294.179</b>	<b>271.174</b>

**28.3. Resultado Financeiro**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2017	30 de junho 2016	30 de junho 2017	30 de junho 2016 (Reapresentado)
<b>Receitas Financeiras</b>				
Renda de Aplicações Financeiras	825	1.687	51.375	61.069
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia Elétrica	-	-	58.140	45.219
Variações Monetárias	-	-	7.900	18.556
Atualização monetária s/ Ativos Regulatórios	-	-	38.291	5.948
Incentivo Financeiro Fundo Social	-	-	1.200	-
Deságio Fornecedor	-	-	134	115
Desvalorização Cambial s/ Energia Comprada	-	-	7.497	19.272
Atualização CDE (Nota 23)	-	-	9.433	-
Renda de Dividendos	1.327	-	1.327	-
Outras Receitas Financeiras	224	56	5.163	6.138
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(49)	(81)	(8.469)	(7.565)
	<b>2.327</b>	<b>1.662</b>	<b>171.991</b>	<b>148.752</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Encargos de Dívidas	-	-	(15.492)	(31.410)
Atualização Reserva Matemática a amortizar	-	-	(22.467)	(39.839)
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	-	-	(433)	(700)
Variações Monetárias e Acréscimos Moratórios Energia Comprada	-	-	(6.459)	(11.209)
Variações Monetárias	-	-	(358)	(2.027)
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(13.155)	(14.988)
Atualização Monet. Ativo Financeiro	-	-	(25.261)	(59.007)
Juros e Custas com Debêntures	-	-	(27.571)	(58.918)
Atualização Bonificação de Outorga	-	-	-	(5.383)
Atualização CDE (Nota 23)	-	-	(179.481)	-
Outras Despesas Financeiras	(29)	(29)	(13.320)	(3.741)
	<b>(29)</b>	<b>(29)</b>	<b>(303.997)</b>	<b>(227.222)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>2.298</b>	<b>1.633</b>	<b>(132.006)</b>	<b>(78.470)</b>



## 29. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA CELESC D

### 29.1. Balanço Patrimonial

<b>Ativo</b>	<b>30 de junho 2017</b>	<b>31 de dezembro 2016 (Reapresentado)</b>
<b>Circulante</b>	<b>4.101.328</b>	<b>3.655.102</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.048.615	880.887
Contas a Receber de Clientes	1.207.590	1.233.453
Estoques	7.471	9.834
Tributos a Recuperar	104.972	118.866
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013)	1.501.381	1.229.741
Outros Créditos	231.299	182.321
<b>Não Circulante</b>	<b>4.125.661</b>	<b>4.067.518</b>
Ativo Indenizatório (Concessão)	329.403	346.620
Contas a Receber de Clientes	33.843	31.497
Tributos Diferidos	475.211	514.870
Tributos a Recuperar	24.213	17.751
Depósitos Judiciais	138.585	106.930
Outros Créditos	3.350	2.896
Intangível	3.121.056	3.046.954
<b>Total do Ativo</b>	<b>8.226.989</b>	<b>7.722.620</b>

<b>Passivo</b>	<b>30 de junho 2017</b>	<b>31 de dezembro 2016 (Reapresentado)</b>
<b>Circulante</b>	<b>4.484.971</b>	<b>3.798.963</b>
Fornecedores	612.574	617.775
Empréstimos e Financiamentos	178.461	202.996
Debêntures	101.613	105.243
Salários, Provisões Trabalhistas e Encargos Sociais	144.640	141.043
Tributos e Contribuições Sociais	166.838	154.686
Taxas Regulamentares	2.848.021	2.297.196
Previdência Privada	11.024	17.016
Passivo Atuarial	158.193	162.259
Passivo Financeiro – Parcela A	209.376	51.960
Outros Passivos	54.231	48.789
<b>Não Circulante</b>	<b>2.441.612</b>	<b>2.611.861</b>
Empréstimos e Financiamentos	53.219	130.035
Debêntures	99.701	199.498
Taxas Regulamentares	180.532	153.991
Mútuos – Coligadas, Controladas ou Controladoras	43.233	40.227
Passivo Atuarial	1.353.667	1.396.913
Provisão para Contingências	619.981	590.663
Passivo Financeiro – Parcela A	88.803	98.059
Outros Passivos	2.476	2.475
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>1.300.406</b>	<b>1.311.796</b>
Capital Social Realizado	1.053.590	1.053.590
Reservas de Lucro	678.644	678.644
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(420.438)	(420.438)
Lucros (Prejuízos) Acumulados	(11.390)	-
<b>Total do Passivo</b>	<b>8.226.989</b>	<b>7.722.620</b>

## 29.2. Demonstração de Resultados

Descrição	30 de junho 2017	30 de junho 2016	Ajustes	30 de junho 2016 (Reapresentado)
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>3.122.400</b>	<b>2.820.429</b>	<b>6.387</b>	<b>2.826.816</b>
Receita de Serviço de Energia Elétrica	2.930.362	2.638.847	6.387	2.645.234
Receita de Construção	192.038	181.582	-	181.582
<b>Custos Operacionais</b>	<b>(2.741.385)</b>	<b>(2.794.607)</b>	<b>-</b>	<b>(2.794.607)</b>
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(2.549.347)	(2.613.025)	-	(2.613.025)
Custo de Construção	(192.038)	(181.582)	-	(181.582)
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	<b>381.015</b>	<b>25.822</b>	<b>6.387</b>	<b>32.209</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(225.236)</b>	<b>(226.239)</b>	<b>-</b>	<b>(226.239)</b>
Despesas com Vendas	(106.431)	(106.730)	-	(106.730)
Despesas Gerais e Administrativas	(149.630)	(139.747)	-	(139.747)
Outras Despesas Operacionais	30.825	20.238	-	20.238
<b>Resultado das Atividades</b>	<b>155.779</b>	<b>(200.417)</b>	<b>6.387</b>	<b>(194.030)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(127.510)</b>	<b>(65.128)</b>	<b>(6.387)</b>	<b>(71.515)</b>
Receitas Financeiras	168.272	147.069	(6.387)	140.682
Despesas Financeiras	(295.782)	(212.197)	-	(212.197)
<b>Lucro (Prejuízo) Antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>28.269</b>	<b>(265.545)</b>	<b>-</b>	<b>(265.545)</b>
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(39.659)</b>	<b>90.000</b>	<b>-</b>	<b>90.000</b>
Diferido	(39.659)	264.344	-	264.344
Corrente	-	(174.344)	-	(174.344)
<b>Lucro (Prejuízo) do Exercício</b>	<b>(11.390)</b>	<b>(175.545)</b>	<b>-</b>	<b>(175.545)</b>

### 29.2.1. Receita Operacional

Descrição	30 de junho 2017	30 de junho 2016 (Reapresentado)
<b>Receita Operacional Bruta – ROB</b>		
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	4.146.122	4.686.988
Suprimento de Energia Elétrica (a)	117.284	95.573
Ativos e Passivos Financeiros	(44.438)	(678.102)
Disponibilização da Rede Elétrica	338.483	280.901
Energia de Curto Prazo	206.970	325.451
Doações e Subvenções	271.693	311.752
Receita de Construção	192.038	181.582
Atualização Ativo Financeiro – VNR	927	6.387
Outras Receitas Operacionais	7.348	6.436
	<b>5.236.427</b>	<b>5.216.968</b>
<b>Deduções da Receita Operacional Bruta</b>		
ICMS	(962.588)	(1.100.435)
PIS	(81.365)	(80.277)
COFINS	(374.774)	(369.762)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(571.455)	(683.997)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(14.647)	(13.194)
Programa Eficiência Energética – PEE	(14.647)	(13.194)
Taxa de Fiscalização	(3.263)	(3.049)
Outros Encargos	(91.288)	(126.244)
	<b>(2.114.027)</b>	<b>(2.390.152)</b>
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>3.122.400</b>	<b>2.826.816</b>

### a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30 de junho 2017	30 de junho 2016	30 de junho 2017	30 de junho 2016	30 de junho 2017	30 de junho 2016
Residencial	2.244.686	2.188.573	2.959.086	2.875.833	1.667.234	1.724.621
Industrial	102.943	102.203	4.833.724	4.582.423	843.583	1.193.783
Comercial	258.907	252.380	2.117.327	2.080.526	1.050.095	1.180.551
Rural	234.883	234.030	732.106	690.450	266.068	254.724
Poder Público	22.482	22.117	223.437	224.230	125.273	134.569
Iluminação Pública	704	643	312.844	299.049	109.269	110.688
Serviço Público	3.226	3.084	176.948	172.261	84.600	88.052
<b>Total do Fornecimento</b>	<b>2.867.831</b>	<b>2.803.030</b>	<b>11.355.472</b>	<b>10.924.772</b>	<b>4.146.122</b>	<b>4.686.988</b>
Suprimento de Energia	49	48	904.150	885.675	117.284	95.573
<b>Total</b>	<b>2.867.880</b>	<b>2.803.078</b>	<b>12.259.622</b>	<b>11.810.447</b>	<b>4.263.406</b>	<b>4.782.561</b>

(i) Informações não revisadas

### 29.2.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	30 de junho de 2017				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.234.217	-	-	-	2.234.217
Pessoal	169.784	62.254	31.165	2.427	265.630
Despesa Atuarial	-	35.083	-	-	35.083
Entidade Previdência Privada	9.129	3.252	1.469	-	13.850
Material	3.664	2.903	-	-	6.567
Custo de Construção	192.038	-	-	-	192.038
Custos e Serviços de Terceiros	33.087	26.650	24.680	228	84.645
Depreciação e Amortização	86.631	12.640	-	-	99.271
Provisões Líquidas	-	-	26.487	20.370	46.857
Outros Custos e Despesas	12.835	6.848	22.630	(53.850)	(11.537)
	<b>2.741.385</b>	<b>149.630</b>	<b>106.431</b>	<b>(30.825)</b>	<b>2.966.621</b>

Descrição	30 de junho de 2016				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.313.843	-	-	-	2.313.843
Pessoal	157.457	54.668	26.991	5.709	244.825
Despesa Atuarial	-	27.777	-	-	27.777
Entidade Previdência Privada	8.775	3.227	1.325	-	13.327
Material	7.291	2.406	-	-	9.697
Custo de Construção	181.582	-	-	-	181.582
Custos e Serviços de Terceiros	29.065	29.550	27.960	293	86.868
Depreciação e Amortização	83.822	15.773	-	-	99.595
Provisões Líquidas	-	-	27.310	(1.307)	26.003
Outros Custos e Despesas	12.772	6.346	23.144	(24.933)	17.329
	<b>2.794.607</b>	<b>139.747</b>	<b>106.730</b>	<b>(20.238)</b>	<b>3.020.846</b>

### 30. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA CELESC G

#### 30.1. Balanço Patrimonial

Ativo	30 de junho 2017	31 de dezembro 2016
<b>Circulante</b>	<b>110.620</b>	<b>84.194</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	51.480	18.591
Contas a Receber de Clientes	25.930	36.868
Estoques	154	172
Tributos a Recuperar	3.305	82
Ativo Financeiro	29.665	28.242
Outras contas a receber	86	239
<b>Não Circulante</b>	<b>488.081</b>	<b>485.422</b>
Tributos a Recuperar	504	234
Depósitos Judiciais	342	149
Partes Relacionadas	43.721	40.715
Ativo Financeiro	235.784	233.574
Outros Créditos	2.421	2.421
Investimentos	46.495	44.811
Imobilizado	154.827	158.449
Intangível	3.987	5.069
<b>Total do Ativo</b>	<b>598.701</b>	<b>569.616</b>

Passivo	30 de junho 2017	31 de dezembro 2016
<b>Circulante</b>	<b>27.616</b>	<b>21.275</b>
Fornecedores	7.256	7.498
Debêntures	1.069	1.913
Tributos e Contribuições Sociais	13.688	3.453
Taxas Regulamentares	490	924
Outros Passivos	1.530	1.516
Dividendos Propostos	3.583	5.971
<b>Não Circulante</b>	<b>159.851</b>	<b>158.599</b>
Debêntures	148.918	148.106
Tributos Diferidos	8.125	7.859
Provisão para Contingências	999	939
Taxas Regulamentares	1.809	1.695
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>411.234</b>	<b>389.742</b>
Capital Social Realizado	250.000	250.000
Reservas de Lucro	116.185	117.379
Ajuste de Avaliação Patrimonial	19.547	22.363
Lucros (Prejuízos) Acumulados	25.502	-
<b>Total do Passivo</b>	<b>598.701</b>	<b>569.616</b>

## 30.2. Demonstração de Resultados

Descrição	30 de junho 2017	30 de junho 2016
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>72.405</b>	<b>59.987</b>
Receita	72.405	59.987
<b>Custos Operacionais</b>	<b>(20.990)</b>	<b>(29.076)</b>
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(20.990)	(29.076)
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	<b>51.415</b>	<b>30.911</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(9.904)</b>	<b>(7.092)</b>
Despesas com Vendas	(2.282)	(424)
Despesas Gerais e Administrativas	(6.813)	(6.143)
Provisões, Líquidas	(60)	9
Outras Despesas Operacionais	(105)	(500)
Resultado da Equivalência Patrimonial	(644)	(34)
<b>Resultado das Atividades</b>	<b>41.511</b>	<b>23.819</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(6.794)</b>	<b>(8.588)</b>
Receitas Financeiras	4.398	6.408
Despesas Financeiras	(11.192)	(14.996)
<b>Lucro (Prejuízo) Antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>34.717</b>	<b>15.231</b>
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(12.032)</b>	<b>(5.852)</b>
Corrente	(11.766)	(744)
Diferido	(266)	(5.108)
<b>Lucro do Exercício</b>	<b>22.685</b>	<b>9.379</b>

### 30.2.1. Receita Operacional

Descrição	30 de junho 2017	30 de junho 2016
<b>Receita Operacional Bruta – ROB</b>		
Fornecimento de Energia Elétrica (a) – Industrial	15.669	18.789
Fornecimento de Energia Elétrica (a) – Comercial	-	-
Suprimento de Energia Elétrica (a)	37.587	13.773
Energia Elétrica de Curto Prazo (a)	8.807	7.187
Atualização/Juros Retorno Bonificação de Outorga	18.111	25.521
	<b>80.174</b>	<b>65.270</b>
<b>Deduções da Receita Operacional</b>		
ICMS	-	-
PIS	(1.200)	(701)
COFINS	(5.528)	(3.229)
Reserva Global de Reversão – RGR	-	(302)
Taxa Fiscalização ANEEL - TFSEE	(183)	(133)
Compensação Financeira Recursos Hídricos	(479)	(118)
Pesquisa e desenvolvimento – P & D	(379)	(800)
	<b>(7.769)</b>	<b>(5.283)</b>
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>72.405</b>	<b>59.987</b>

**a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica**

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30 de junho 2017	30 de junho 2016	30 de junho 2017	30 de junho 2016	30 de junho 2017	30 de junho 2016
<b>Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica</b>						
Industrial	13	14	86.387	108.702	15.669	18.789
Comercial, Serviços e Outros	-	-	-	-	-	-
Suprimento de Energia	52	51	217.599	214.237	37.587	13.773
Energia de Curto Prazo (CCEE)	-	-	30.621	8.838	8.807	7.187
Atualização/Juros Retorno Bonificação de Outorga	-	-	-	-	18.111	25.521
<b>Total</b>	<b>65</b>	<b>65</b>	<b>334.607</b>	<b>331.777</b>	<b>80.174</b>	<b>65.270</b>

(i) Informações não revisadas.

**30.2.2. Custos e Despesas Operacionais**

Descrição	30 de junho de 2017				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	7.609	-	-	-	7.609
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.143	-	-	-	1.143
Pessoal	2.776	4.648	136	-	7.560
Material	86	33	-	-	119
Custos e Serviços de Terceiros	2.485	939	250	-	3.674
Depreciação e Amortização	7.146	716	-	-	7.862
Seguros	150	151	-	-	301
Provisões Líquidas	-	-	1.856	60	1.916
Tributos	(151)	96	40	-	287
Aluguéis	-	145	-	-	145
Outros Custos e Despesas	(254)	85	-	105	444
	<b>20.990</b>	<b>6.813</b>	<b>2.282</b>	<b>165</b>	<b>31.060</b>

Descrição	30 de junho de 2016				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	7.651	-	-	-	7.651
Pessoal	2.705	3.722	135	-	6.562
Material	46	161	-	-	207
Encargos de Uso de Rede Elétrica	1.205	-	-	-	1.205
Custos e Serviços de Terceiros	2.139	1.005	257	-	3.401
Depreciação e Amortização	19.991	717	-	-	20.708
Seguros	-	68	-	-	68
Provisões Líquidas	(3.775)	-	-	(9)	(3.784)
Tributos	(482)	108	32	-	(342)
Aluguéis	-	158	-	-	158
Outros Custos e Despesas	(404)	204	-	34	(166)
	<b>29.076</b>	<b>6.143</b>	<b>424</b>	<b>25</b>	<b>35.668</b>

## **31. EVENTO SUBSEQUENTE**

### **31.1. Prorrogação da Concessão da Usina Pery**

Foi assinado no dia 06 de julho de 2017, o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 006/2013 da Usina Hidrelétrica Pery, localizada no Rio Canoas, município de Curitiba, Estado de Santa Catarina, com potência instalada de 30 MW e garantia física de 14,08 MW.

A concessão ficou prorrogada pelo prazo de trinta anos, vigorando a partir de 10 de julho de 2017, quando ocorrerá a alocação integral em regime de cotas da garantia física de energia e de potência, nos termos do art. 1º da Lei Federal nº 12.783/2013, conforme previsto no Decreto Federal nº 7.805/2012.

A remuneração será por receita decorrente da aplicação da tarifa calculada pela ANEEL, sendo estabelecido procedimento de reajuste anual e revisão a cada 5 (cinco) anos. A primeira revisão será procedida em 2018 e deverá considerar a parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados e não depreciados, conforme regulação da ANEEL.

Após dois anos de tratativas junto ao Ministério de Minas e Energia – MME e ANEEL, a Companhia optou por prorrogar a concessão nos moldes da Lei Federal nº 12.783/2013, mais atrativos por conta do novo contexto e das regras tarifárias estabelecidas no termo aditivo. A remuneração prevista para o recebimento do valor indenizatório referente ao capital investido na ampliação ainda não amortizado foi estabelecida em R\$114 milhões (Portaria MME nº 257, de 5 de Julho de 2017). A expectativa é que seja remunerado ao longo dos próximos 29 anos subsequentes a 2018. O regramento para esta indenização ainda não foi estabelecido pelo órgão regulador.

### **31.2. Reajuste Anual da Receita Anual de Geração – RAG**

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.265 de 4 de julho de 2017, a ANEEL aprovou o reajuste da Receita Anual de Geração – RAG para as usinas hidrelétricas em regime de cotas, licitadas no Leilão nº 12/2015.

O Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Geração, firmado pelas concessionárias que aceitaram a prorrogação nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013 e do Decreto nº 7.805/2012, estabeleceu o regime de tarifa regulada para as usinas hidrelétricas, que resulta do cálculo da RAG, com reajuste previsto para 1º de julho de cada ano. A vigência do novo reajuste da RAG é de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018.

As RAGs estabelecidas para as Usinas de propriedade da Cellesc G e que deverão ser cobradas mensalmente, são:



Usina	Concessionária	RAG (R\$)	Receita Mensal (R\$)
		Ciclo 2017/2018	Julho/2017 a Junho/2018
Garcia	Celesc G	9.428.333,64	785.694,47
Bracinho	Celesc G	12.199.471,29	1.016.622,61
Cedros	Celesc G	8.923.810,82	743.650,90
Palmeiras	Celesc G	18.659.314,01	1.554.942,83
Salto	Celesc G	6.341.195,76	528.432,98

### 31.3. Termo de Parcelamento de Débitos com o Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 19 de julho de 2017, autorizou a assinatura do Termo de Parcelamento de Débitos com o CDE, entre a Celesc D e a CCEE.

O acordo encerra a demanda judicial, que foi interposta pela Companhia por meio de ação ordinária em 2015. O Termo de Parcelamento foi desenvolvido após reuniões com a CCEE, gestora da Conta CDE (Decreto nº 9.022, de 31 de março de 2017, e Despacho ANEEL nº 1.079, de 18 de abril de 2017). O referido Termo de Parcelamento implica o parcelamento de saldo incontroverso no montante de R\$1.166 milhões, durante o prazo de 30 (trinta) meses, sem período de carência, com amortizações mensais iniciando no mês de julho de 2017, com taxa de juros equivalente a 100% do CDI.

O valor da garantia equivale a uma PMT na modalidade Seguro Garantia. O referido valor desconta as liminares da ABRACE e ANACE, além dos valores devidos do subsídio Baixa Renda, ficando de fora do Termo de Parcelamento a controvérsia no tocante a eventuais encargos moratórios e quanto à metodologia de atualização dos valores. O Termo de Parcelamento será apreciado e homologado pela ANEEL. Diante deste Termo de Parcelamento, o pagamento mensal das cotas CDE 2017 pela Celesc D foi normalizado no mês de julho de 2017, bem como os repasses do Fundo CDE à Celesc D.

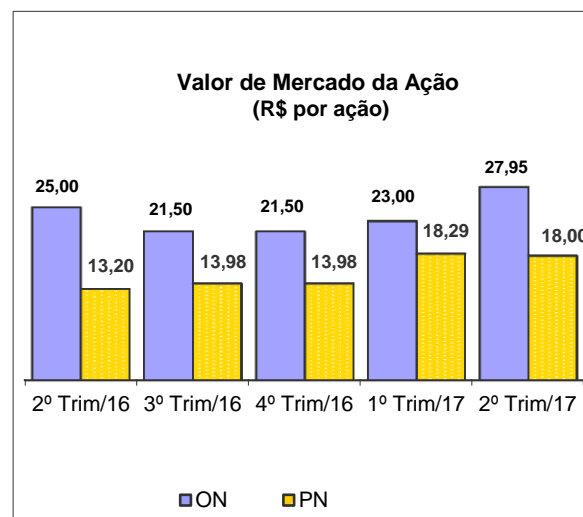
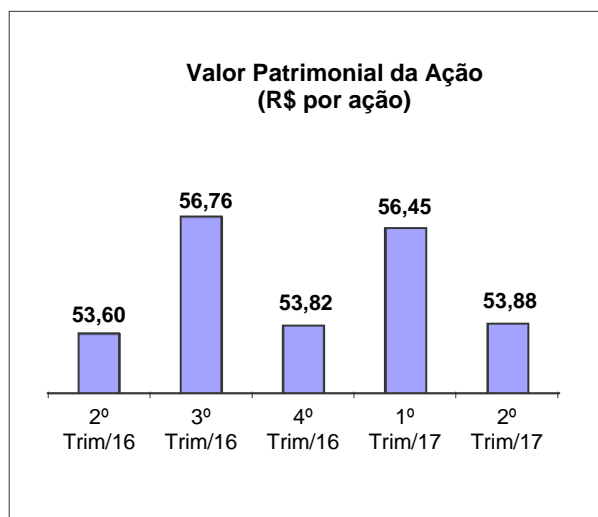


## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

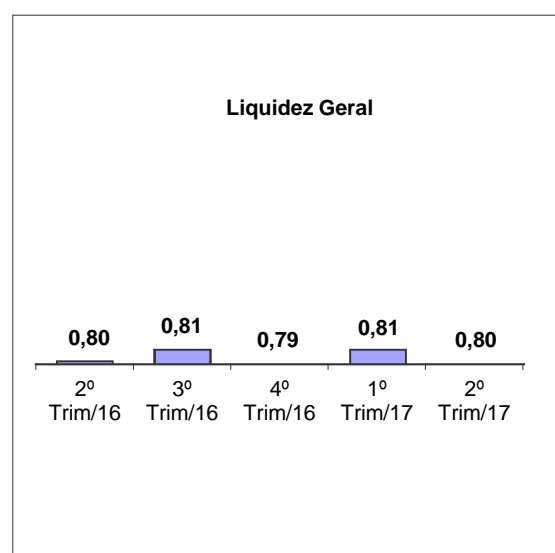
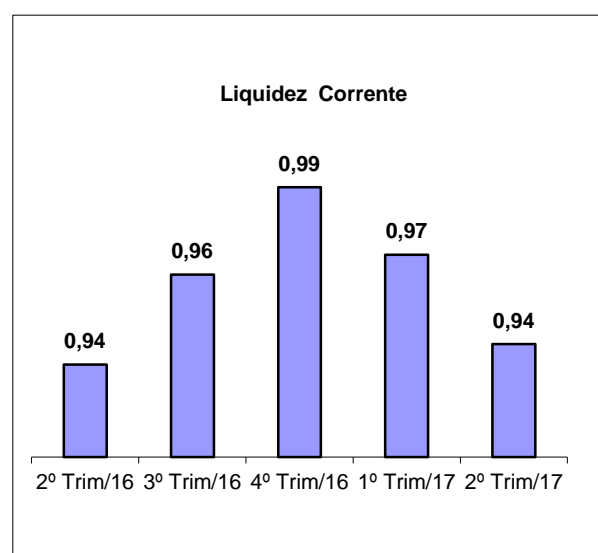


### 1. INDICADORES FINANCEIROS TRIMESTRAIS

#### 1.1. Patrimoniais



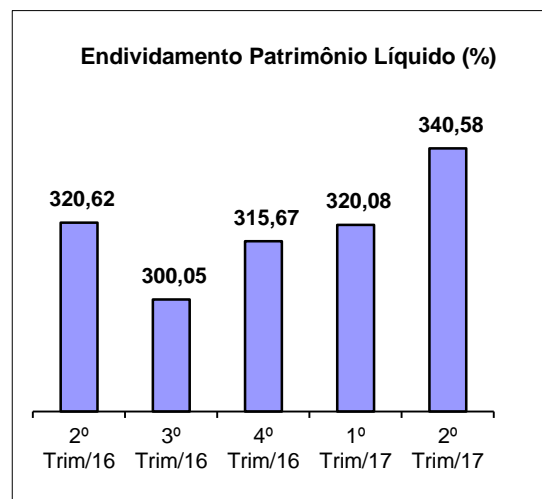
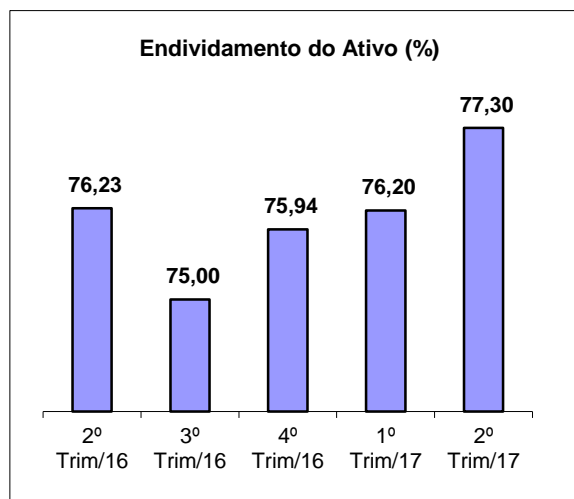
#### 1.2. Liquidez



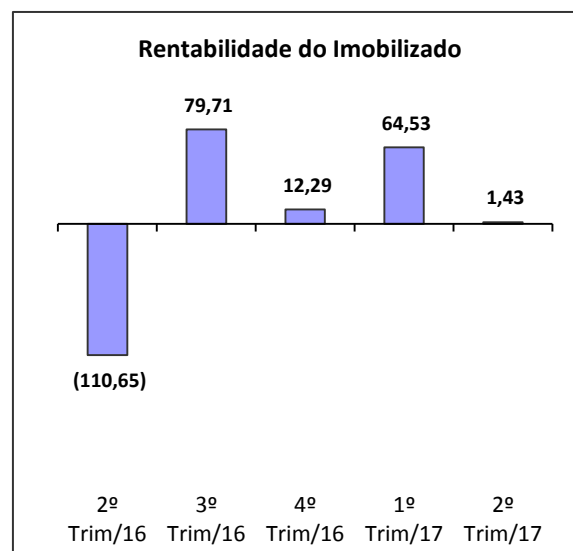
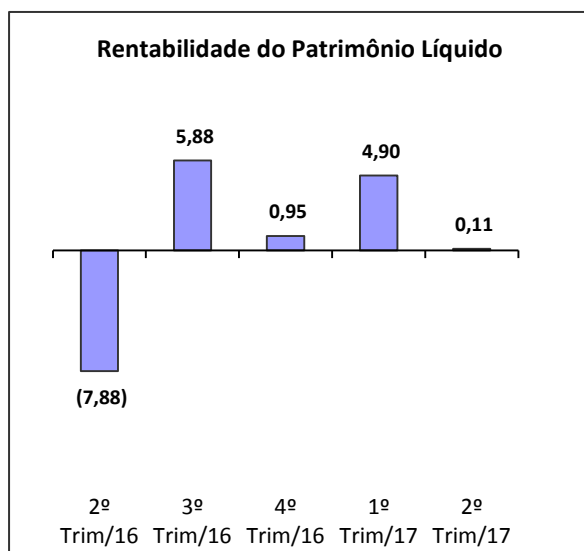
## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



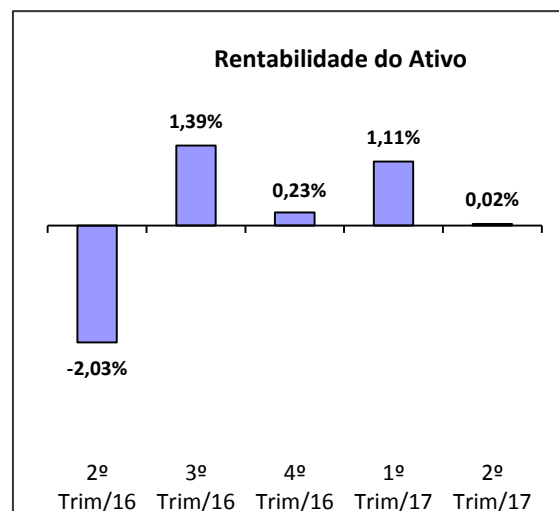
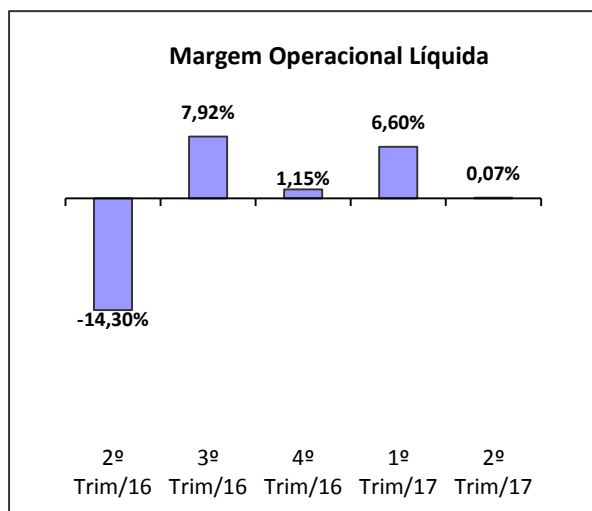
### 1.3. Endividamento



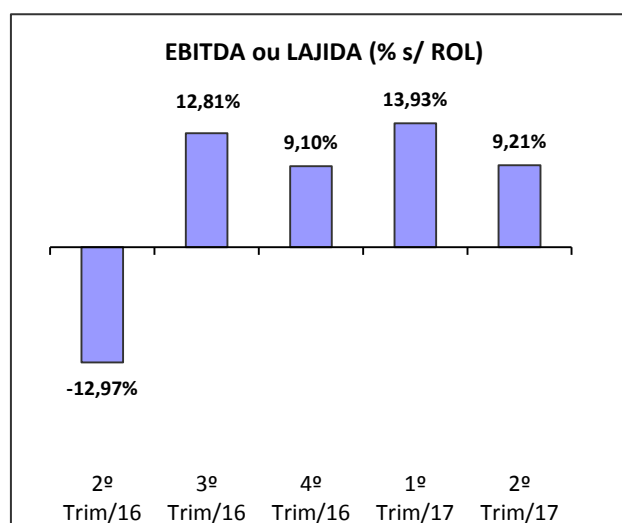
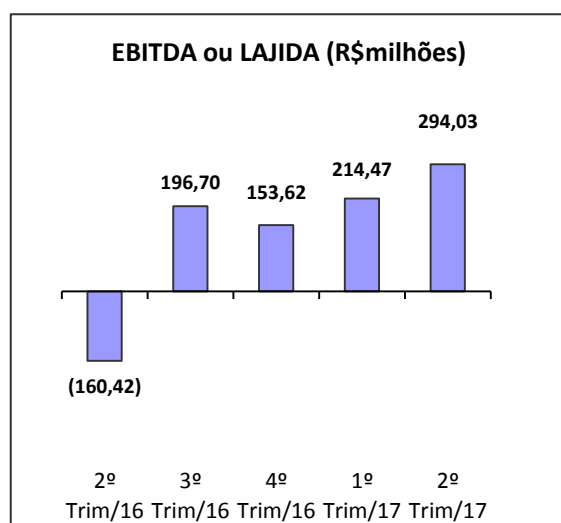
### 1.4. Rentabilidade



## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



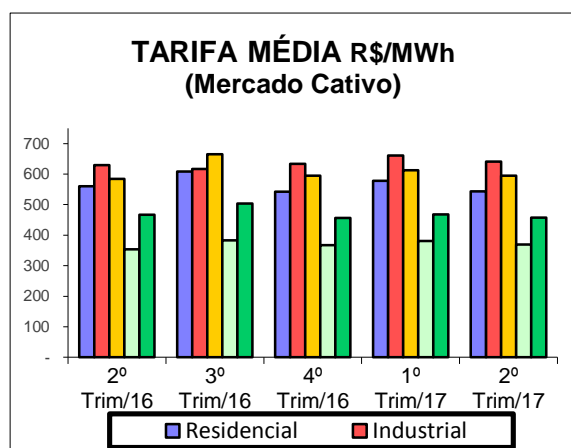
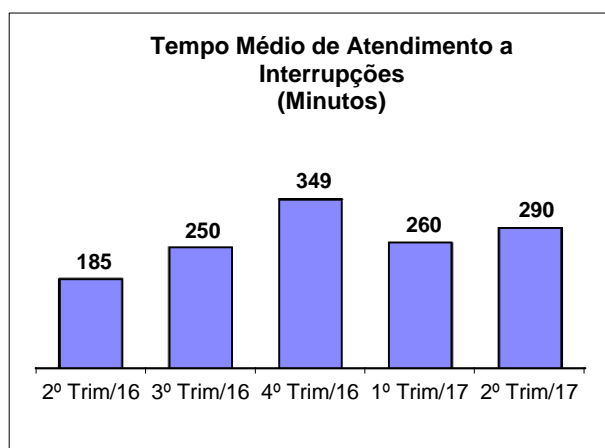
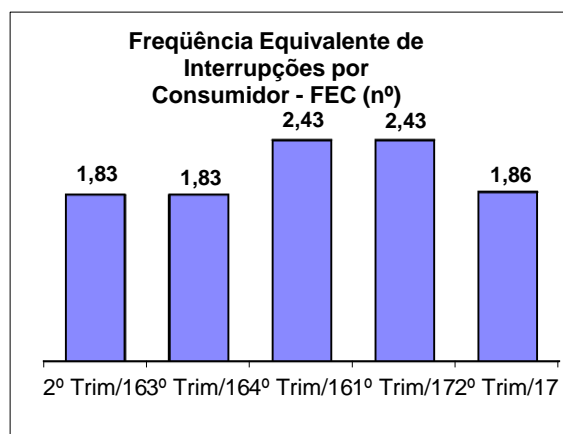
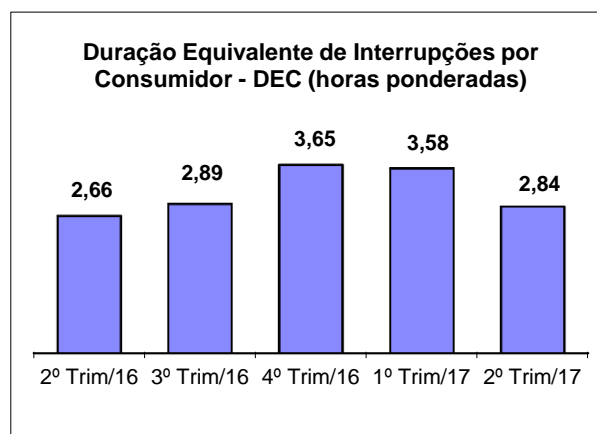
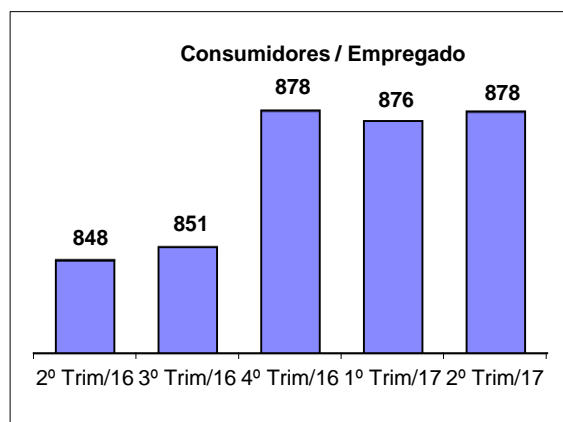
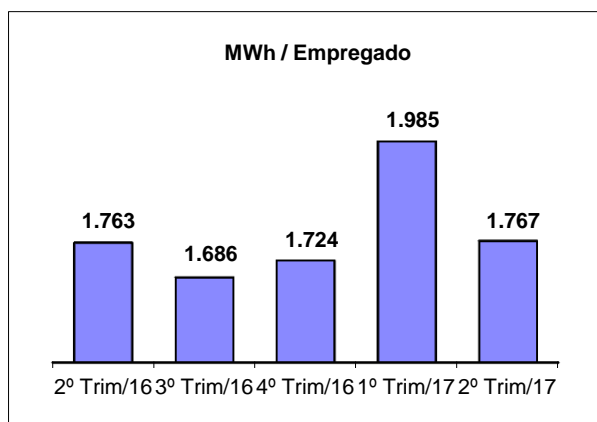
### 1.5. EBITDA ou LAJIDA



## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



### 1.6. Eficiência



## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Florianópolis - SC

#### Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

#### Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes referentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2016 e ao exercício findo em 31 de dezembro 2016

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.1 às informações financeiras intermediárias, em decorrência das reclassificações descritas na referida nota explicativa, os valores correspondentes referentes ao balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e às demonstrações consolidadas do resultado e do valor adicionado para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2016, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto nos pronunciamentos técnicos CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro (equivalente à IAS 8 – "Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors") e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (equivalente à IAS 1 – "Presentation of Financial Statements"). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

#### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e como informação suplementar pelas "International Financial Reporting Standards - IFRS", que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Joinville, 10 de agosto de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Ricardo Schenk Duque

Auditores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" SC

CRC nº 1 RS 060571/O-0

## Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

### DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras referentes às Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

---

Cleverson Siewert

Diretor Presidente

---

Antônio José Linhares

Diretor de Assuntos

Regulatórios e Jurídicos

---

Eduardo Cesconeto de Souza

Diretor Comercial

---

Enio Andrade Branco

Diretor de Geração, Transmissão e

Novos Negócios

---

James Alberto Giacomazzi

Diretor de Distribuição

---

Nelson Marcelo Santiago

Diretor de Gestão Corporativa

---

Fábio Fick

Diretor de Planejamento

e Controle Interno

---

José Carlos Oneda

Diretor de Finanças e

Relações com Investidores

---

José Braulino Stähelin

Contador – CRC/SC 18.996/O-8

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

### **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, revisaram e concordam com a opinião dos auditores independentes da empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a respeito das Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

---

Cleverson Siewert

Diretor Presidente

---

Antônio José Linhares

Diretor de Assuntos

Regulatórios e Jurídicos

---

Eduardo Cesconeto de Souza

Diretor Comercial

---

Enio Andrade Branco

Diretor de Geração, Transmissão e

Novos Negócios

---

James Alberto Giacomazzi

Diretor de Distribuição

---

Nelson Marcelo Santiago

Diretor de Gestão Corporativa

---

Fábio Fick

Diretor de Planejamento

e Controle Interno

---

José Carlos Oneda

Diretor de Finanças e

Relações com Investidores

---

José Brulino Stähelin

Contador – CRC/SC 18.996/O-8